

UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SILVANA DA SILVA

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE: POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO
CONSTRUÇÃO SOCIAL**

SÃO PAULO
2007

UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SILVANA DA SILVA

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE: POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO
CONSTRUÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, sob orientação da Prof.a. dr.a. Edileine Vieira Machado.

SÃO PAULO/SP
2007

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo estudar como vem ocorrendo a educação sexual aos alunos do Ensino Fundamental, sua importância, a postura da escola e dos professores na abordagem desse tema. A educação sexual, nos últimos anos, adquiriu dimensão de problema social, um problema de saúde pública, o que levou a sua inserção nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como tema transversal. A orientação sexual se justifica também pelo excessivo crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Objeto de pesquisa: alunos da quarta série do ensino fundamental de ambos os sexos e professores da escola municipal da cidade de Assis, interior de São Paulo. Como educadora, observando as atitudes e reações dos jovens, percebo que as escolas estão deixando de lado a questão da orientação sexual e isso vem interferindo em seu desenvolvimento. Problema de pesquisa: professores estão preparados para orientar seus alunos e os pais sabem estabelecer diálogo positivo com seus filhos? Como procedimentos metodológicos, realizou-se revisão bibliográfica de conceitos, como sexo e sexualidade, diferenças e complementaridade dos sexos, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e tratamento, mudanças físicas e outros; revisão da legislação a respeito da educação sexual na escola – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, PCNs.– e pesquisa de campo - questionários, entrevistas, conversas e observação, para conhecer as representações de professores e alunos sobre a educação sexual. A educação sexual deve ser oferecida na escola com o auxílio de um profissional da área (médico, psicólogo, enfermeiro, sexólogo...) e com a participação de todos os educadores da instituição, visando reduzir os índices de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), gravidez na adolescência e, sobretudo, formar o aluno para a vivência equilibrada, prazerosa e sadia do sexo e da sexualidade. Cabe à escola, e não mais apenas à família, desenvolver uma ação crítica, reflexiva e, sobretudo, educativa para promover a saúde das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 1998) e, assim, contribuir para sua construção social e dignidade humana.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação; inclusão social; construção social; educação sexual, família.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me dar forças nos momentos de cansaço e impotência.

À prof.^a. dra. Edileine Vieira Machado, pela orientação precisa, competente, confiança, amizade e apoio e, principalmente, pelo exemplo de dedicação à educação.

Ao prof. dr. Jair Militão da Silva, pelo estímulo e contribuição nos grupos de pesquisa e exame de qualificação.

À prof.^a. Silvia Regina Brandão, pelas proveitosas sugestões.

Aos colegas de curso e amigos, pelas críticas, sugestões, estímulo, apoio e amizade.

Ao corpo docente, discente e comunidade escolar, que abriram espaço em sua agenda para participar das entrevistas.

Aos meus pais, pelo exemplo e dedicação, que possibilitaram minha caminhada até aqui.

À minha filha, pela compreensão de minhas ausências, rabugices e intermináveis horas de isolamento, esperando que fique o exemplo de que o trabalho exige dedicação, firmeza de propósitos e principalmente amor, mas, com toda a certeza, traz crescimento e felicidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1 Educação Sexual ou Orientação Sexual?.....	10
1.2 Educação Sexual.....	11
1.3 Perfil do professor de Educação Sexual.....	20
1.4 O enfermeiro e a educação sexual.....	22
1.5 A Importância da Educação em Saúde.....	24
1.6 Programa de Educação Sexual.....	25
2 O CONTEXTO SOCIAL.....	28
2. 1 Sexo na TV.....	28
2. 2 A Educação sexual no Brasil	30
2. 3 Gravidez na adolescência.....	32
2.4 Dúvidas e anseios dos jovens (formulados pela pesquisadora).....	33
3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA LEGISLAÇÃO.....	34
3.1 PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.....	35
3.2 Orientação sexual como tema transversal.....	36
3.3 Concepção de sexualidade nos PCNs.....	37
3.4 Explosão discursiva sobre a sexualidade.....	38
3.5 Orientação Sexual na Educação Física.....	39
3.6 A Educação Sexual na LDB	42
3.7 Orientação sexual como tema transversal	44
4 A PESQUISA DE CAMPO	46
4.1 Tipo de pesquisa.....	46
4.2 Os dados da pesquisa	47
4.2.1 Questionário para os alunos.....	47
4.2.2 Questionário para Professores.....	56
4.3 Análise dos dados.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	80

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deu-se tendo em vista a trajetória de vida da autora. Sou formada em Enfermagem e Obstetrícia há 6 (seis) anos e sempre sou convidada a ministrar palestras em escolas para falar sobre gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, enfim uma série de assuntos relacionados à sexualidade. Em princípio ia sem indagar. Com o tempo comecei a pensar que essa deveria ser atribuição da escola e dos professores, foi dessa maneira que comecei a me interessar e procurar informações sobre o assunto. Tomei como fonte referencial os Parâmetros Curriculares Nacionais e verifiquei que eu tinha razão em minhas suposições, vale salientar que em nenhum momento me senti incapaz de realizar tal tarefa, no entanto, via a necessidade de compreender o porquê dos professores não assumirem a atribuição. Com essa leitura vieram outras que foram abrindo meu horizonte, surgiu então o interesse em estudar o tema em Educação Sexual ou Orientação Sexual.

A educação sexual, nos últimos anos, adquiriu dimensão de problema social, um problema de saúde pública, o que levou a sua inserção nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como tema transversal.

De acordo com os PCNs, os temas transversais envolvem problemas fundamentais e urgentes da vida social. A orientação sexual se justifica também pelo excessivo crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Cabe à escola, e não mais apenas à família, desenvolver uma ação crítica, reflexiva e sobretudo educativa para promover a saúde das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 1998).

A sexualidade, como problema social, aparece em matérias e debates nos meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão. A escola tem sido apontada como um importante espaço para veicular informações, um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam melhores condições de saúde para crianças e adolescentes.

Um projeto de educação sexual na escola (entre outros objetivos) deve visar à diminuição dos índices de gravidez indesejada e a incidência de

Doenças Sexualmente Transmissíveis, criando condições para o aumento do bem-estar social e individual, para uma vida saudável e desfrutada com maiores conhecimentos e responsabilidades, afastando-se tabus. Calar-se sobre os problemas em nada ajuda a resolvê-los.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, 55% dos soropositivos de AIDS contraíram o vírus na adolescência e aproximadamente 1 milhão de mulheres ficam grávidas no Brasil todo ano, muitas delas realizando aborto (em sua grande maioria na clandestinidade, sem as mínimas condições de higiene). As complicações decorrentes do aborto são a quinta causa de internação de mulheres no SUS e responsáveis por 9% da mortalidade materna e 25% da esterilidade tubária (IBGE, 2002).

Como educadora, observando as atitudes e reações dos jovens, percebo que as escolas estão deixando de lado a questão da orientação sexual e isso vem interferindo em seu desenvolvimento. Parece que os professores não estão preparados para orientar seus alunos e os pais não sabem abrir um diálogo positivo com seus filhos.

A educação deve ser oferecida na escola com o auxílio de um profissional da área (médico, psicólogo, enfermeiro, sexólogo...) e com a participação de todos os educadores da instituição, visando reduzir os índices de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), gravidez na adolescência e, sobretudo, formar o aluno para a vivência equilibrada, prazerosa e sadia do sexo e da sexualidade.

Este trabalho tem como objetivo analisar se e como vem ocorrendo a educação sexual aos alunos do Ensino Fundamental, sua importância, a postura e dificuldade da escola e dos professores na abordagem desse tema e a necessidade de um trabalho multi e interdisciplinar que envolva também a família.

RELEVÂNCIA ACADÊMICA, SOCIAL PESSOAL

Acredito que fazer o mestrado em Educação na linha das Políticas Públicas fez com que eu refletisse nos objetivos da educação em saúde que são desenvolver nas pessoas o senso de responsabilidade pela sua própria saúde e pela saúde da comunidade a qual pertençam e a capacidade de participar da vida comunitária de uma maneira construtiva e que a educação em saúde deve promover, por um lado, o senso de identidade individual, a dignidade e a responsabilidade e, por outro, a solidariedade e a responsabilidade comunitária.

Tratando da educação verifica-se que ela só poderá ser verdadeiramente compreendida e analisada sob enfoques que definem o próprio ser humano, em particular o biopsicológico e o sociológico.

A educação tem por objetivo levar o indivíduo a realizar suas possibilidades intrínsecas, com vistas a formação e ao desenvolvimento de sua personalidade e que a educação é um processo que tem por fim conservar e transmitir cultura, atuando como importante instrumento e técnica social, acredita-se que no âmbito acadêmico existem vários trabalhos sobre este tema, no entanto, espero contribuir para ampliar novos caminhos e perspectivas, visto que está pautado na inclusão do ser humano respeitando-o nos campos biopsicológico e sociológico.

Procedimentos Metodológicos: quanto à metodologia, faremos revisão bibliográfica de conceitos, como sexo e sexualidade, diferenças e complementaridade dos sexos, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e tratamento, mudanças físicas e outros; revisão da legislação a respeito da educação sexual na escola – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, PCNs.– e pesquisa de campo - questionários, entrevistas, conversas e observação, para conhecer as representações de professores e alunos sobre a educação sexual.

Objeto de pesquisa: alunos da quarta série do ensino fundamental de ambos os sexos e professores que, após concordarem livre e expressamente com a pesquisa (Anexo 1), responderam a um questionário de dez perguntas (Anexos 2 e 3), cujas informações foram complementadas por entrevistas com a pesquisadora.

A base para a sexualidade adulta se estabelece na infância, desde as primeiras relações da criança com os pais, decorrendo de um lento processo de amadurecimento.

As modalidades de sentimento são construídas a partir das primeiras e simples experiências de vida, devendo gradativamente adaptar-se às exigências sociais. A sexualidade da criança não deve ser esmagada, represada, mas orientada no sentido de seu desenvolvimento.

Educação sexual não é informação sexual. Mais importante que a explicação científica é a atitude dos pais ao explicar a maneira como encaram e vivem a própria sexualidade.

A falta de respostas para determinadas indagações infantis e a censura e/ou tabus a certas partes do corpo da criança introduzem a noção de sexo como algo estranho ao corpo. Comentários ocasionais e não uma conversa formal podem dar somente uma idéia do que representam os impulsos sexuais: o papel do sexo nas relações entre homem e mulher e a necessidade de adiar certas satisfações para que possam encontrar no amor ocasião de se realizar, mantendo a consciência de integridade.

Os pais devem transmitir o sentimento, mais do que a teoria, mostrar que o sexo é algo bom, associado ao amor. A melhor maneira de transmitir informações é pela curiosidade e sensibilidade, atendendo os interesses e o ritmo da criança. A falta de respostas para suas dúvidas sobre sexo pode deixar um sentimento de culpa e vergonha, perturbando seu desenvolvimento e levando-a a adotar um comportamento de recusa da realidade sexual.

Cabe aos pais, fundamentalmente, a educação sexual dos filhos e à escola, a complementação sobre questões sexuais. A educação sexual deve se desenrolar integrada ao processo geral da aprendizagem, num ambiente estável, num clima em que as crianças sejam estimuladas a participar, num espaço em que se sintam incluído, pertencente.

Segundo Machado & Machado (2007) a inclusão deve ser entendida como movimento que se dá do micro para o macro.

“ Espaços inclusivos que vão se formando, crescendo até tornar-se uma unidade, cidade, sociedade inclusive e assim por diante. Para isso mais que a arquitetura, o ambiente deve ser verdadeiramente acolhedor, onde o respeito à dignidade do ser humano, seja não apenas discutido, mas exercitado no dia-a-dia por toda a comunidade” (MACHADO & MACHADO, 2007, p. 395-396).

Machado & Machado (2007) relatam ainda que a inclusão deve acontecer em espaços específicos que integram uma instituição mais ampla e não acontece de modo imediato e na sua totalidade, mas é medida pelo espaço inclusivo.

A informação natural e franca sobre questões sexuais surge do interesse e perguntas dos alunos, como uma das coisas que se aprende com pessoas em que se confia. Para isso, é necessário um contato freqüente e amistoso entre professores e alunos, em que temores e preocupações sejam substituídos por fatos reais apresentados com naturalidade.

A sexualidade é atualmente vista como um problema de saúde pública, sendo a escola local privilegiado de implementação de políticas que promovam a saúde de crianças e adolescentes.

A adolescência é um momento de descoberta. A sexualidade é construída ao longo da vida, da história pessoal de cada um, desde sua infância, na teia de relações interpessoais que se estabelecem entre o indivíduo e o ambiente no qual vive.

Quanto ao papel da família na orientação sexual, é importante ter clareza do que sente e do que espera de seus filhos, dando orientações acerca do que considera certo ou errado.

A orientação sexual como instrumento preventivo tem nas escolas um lugar privilegiado para promover discussões de maneira natural e espontânea, sendo importante que valores morais e crenças regidas pelo senso comum interfiram nesse trabalho de prevenção, por meio da colocação do sexo em discurso na escola.

Machado & Machado (2007) dizem que:

“O cenário da escola, do hospital e também de outros espaços poderá ser modificado se mudarmos nossa postura, reagirmos aos condicionantes da situação atual. É preciso repensar a nossa visão de homem, enquanto ser de relações, capaz de aprender, mudar e transformar” (MACHADO & MACHADO, 2007, p. 396-397).

Assim, este trabalho está organizado em cinco capítulos:

1. Revisão bibliográfica de conceitos, como sexo e sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), educação e orientação sexual, objetivos da educação, o papel da escola e da família, o papel do professor de Educação Física e do enfermeiro;
2. O contexto social, o mundo em que o jovem vive e estuda e suas influências sobre o comportamento, idéias, modas, tabus, preconceitos veiculados pelas várias mídias, principalmente, a televisão;
3. Revisão documental: a legislação que enfoca a educação sexual na escola, como a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a Constituição Federal (1988), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs);
4. Pesquisa de campo em uma escola pública do município de Assis/SP, por meio de questionários, entrevistas, conversas informais e observação

para conhecer a visão, as representações e prática dos professores e alunos sobre a temática em estudo, seguindo-se a análise dos dados;

5. Considerações finais, ressaltando a importância da educação sexual na escola, a parceria da família, o papel do professor de Educação Física e do enfermeiro para que o aluno receba a educação verdadeiramente integral a que tem direito.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Educação Sexual ou Orientação Sexual?

A educação, como fenômeno histórico, em diversas épocas e lugares, tem diferenciadas formas e métodos de abordagem. No caso da Educação Sexual, até recentemente, não se tratava desse tema com os educandos. Hoje, há quase "obrigação" de fazê-lo.

Quanto aos termos Educação Sexual (ES) e Orientação Sexual (OS), alguns autores os usam, sem antes defini-los, outros utilizam a terminologia Orientação sexual, talvez por ser oficialmente adotada; outros, ainda, usam ambos os termos, sem diferenciá-los. Assim, para alguns, são sinônimos, para outros, expressam conceitos diferentes e, para outros ainda, são complementares.

Vitiello (1995), antes de abordar especificamente a Educação Sexual, discute os termos educação, orientação, informação e aconselhamento. No que se refere à Educação Sexual, aponta duas situações: a Educação Sexual sistemática e a Educação Sexual assistemática.

A Educação Sexual sistemática envolve as ações na família e na escola:

Educar, no sentido mais amplo, significa 'formar' (...) o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente. A influência do educador, por isso mesmo, além de intensa precisa ser contínua e duradoura (...). Nesse sentido, a educação sexual sistemática só pode ser feita por familiares ou por professores (VITIELLO, 1995, p. 18).

A Educação Sexual sistemática é realizada pela escola, com planejamento e intencionalidade. Na família, é informal e espontânea. Vitiello e Conceição (1991) apontam que a família é a principal responsável pela educação, uma vez que acompanha a pessoa desde o seu nascimento, mas que não está preparada, especialmente, no que se refere à sexualidade.

A Educação Sexual assistemática, segundo Vitiello (1995), é ocasional, podendo acontecer, por exemplo, pelos meios de comunicação de massa, cursos e leituras sobre o tema. Já a orientação sexual

“ implica um mecanismo mais elaborado que se baseia na experiência e nos conhecimentos do orientador. Esse processo ajuda a pessoa a analisar diferentes opções, tornando-a apta a descobrir novos caminhos” (VITIELLO, 1993, p. 37).

Para o mesmo autor (1995, p. 20), Educação Sexual é a parte do processo educativo especificamente voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade.

Profissionais, como médicos, enfermeiros, psicólogos ou assistentes sociais, quando abordam o tema na escola, estão fornecendo informação, o que ocorre apenas ocasionalmente. Por não implicar um processo continuado, essa abordagem é considerada Educação Sexual assistemática, uma vez que esses profissionais não se situam cotidianamente no espaço escolar. No caso de pertencerem ao quadro de funcionários da escola ou dela participarem de forma regular, poderiam desenvolver a proposta de Educação Sexual sistemática, conforme a concepção de Vitiello e dos PCNs.

Para Vitiello (1995), Educação Sexual deve ser contínua e duradoura. O caminho real para a educação sexual não é levar profissionais de várias áreas às escolas, mas sim preparar professores interessados para a tarefa de fazê-la (p. 19). Estes, da mesma geração dos pais dos educandos, como eles, possuem deficiências na sua formação.

A escola, ao assumir a educação sexual, deve ter consciência dos preconceitos e dificuldades secularmente vivenciadas, como a desinformação, os tabus e a repressão sexual, levando a uma reflexão sobre valores e princípios universalmente aceitos.

1.2 Educação Sexual

Betts (1994) diz que a educação para a sexualidade deve considerar que para o indivíduo viver com plenitude no mundo que o cerca, é preciso estar sensibilizado para respeitar a si mesmo e aos outros, saber relacionar-se, ter responsabilidade, crer na vida e procurar vivê-la com prazer, conhecendo seus próprios direitos inclusive o de ser feliz.

Betts (1994) acrescenta ainda que toda educação sexual precisa fundamentar-se nos alicerces da vida do ser humano, marcada pelos registros inconscientes dos primeiros contatos e experiências. Os pais e educadores devem estar conscientes de que a educação sexual correta desde a infância promove o desenvolvimento de um ser humano saudável mentalmente e fisicamente. O indivíduo aprende a refletir sobre seus valores, distinguindo o conceito de certo e errado diante do mundo em que vive. Aprenderá a respeitar a individualidade e a opção sexual de cada um, pois o importante é viver e estar bem resolvido consigo mesmo.

Fagundes (1995, p. 2) nos diz que:

“ É preciso criar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre suas idéias, sentimentos e conflitos na área da sexualidade e envolvam a totalidade do seu ser na re-interpretação e reconstrução da realidade.”

Este indivíduo terá maiores chances de crescer como um ser dotado de maturidade suficiente para saber conduzir cada momento novo que vive, cada problema de forma consciente e segura.

Só informar não basta. O importante é encorajar a expressão da sexualidade desde a infância, propiciando o crescimento da capacidade de relacionar-se afetivamente com o outro e de usufruir uma relação sexual. A visão da sexualidade mudou nas últimas décadas, deixando os pais confusos, pois vieram de uma geração onde tudo era proibido, deparando-se com uma liberdade que não entendem e que desperta medo.

Antigamente os valores sexuais mudavam vagarosamente. Com o advento dos meios de comunicação, valores que levariam décadas para se modificar mudam de ano para ano. Hoje, é difícil haver consenso sobre um sistema de valores sexuais para a educação.

Os pais e educadores devem defender alguns princípios na educação sexual, como respeito por si e pelo outro, acesso à informação de forma honesta e não preconceituosa e desenvolvimento da capacidade de raciocínio para refletir sobre o que a criança quer e escolher o que lhe convém.

Há valores universais e alternativos . Os universais são aqueles que a maioria das pessoas devem respeitar para que a sociedade funcione. Os

alternativos são aqueles que não precisam ser compartilhados pelos membros de uma sociedade.

Segundo a concepção antropológica de Viktor Frankl (1978/1989), as teorias que apresentam o homem como objeto-instrumento de gozo - para a satisfação de um eu extraíram tal modelo da observação de animais, porque o homem possui não apenas necessidades pulsionais, provenientes de seu organismo, mas, expressivamente mais que os animais, o homem possui uma vontade de sentido.

De acordo com Frankl (2003), quando o homem procura o outro como instrumento, como meio para alcançar seu equilíbrio pulsional, isto é, um estado psíquico de homeostase por meio de uma catarse de seus impulsos libidinais, ele acaba por se frustrar em razão do excesso de intencionalidade que origina uma hiper-reflexão uma acentuação da concentração reflexiva sobre algo ansiado, que por sua vez suscita um mal-estar. Portanto, para sua realização no ser-com-o-outro, o homem deve renunciar e superar a si mesmo.

“ A visão do homem como um ser que reage agressivamente, fazendo da agressividade uma válvula de escape de tensões interiores, um ser que toma os objetos e as pessoas como meios para atingir determinados fins, essa visão pressupõe por base um sistema fechado. Ao contrário, vejo o homem como um ser caracterizado pela autotranscendência, aberto ao mundo, voltado para o sentido da vida e tendido para o encontro com outros seres humanos (parceiros)... É também minha convicção é a de que a humanidade só terá uma chance de sobreviver se encontrar uma tarefa que todos possam desempenhar solidariamente, animados por uma mesma vontade de encontrar um sentido” (FRANKL, 1991, p. 58-59).

Muitos dos nossos valores em relação ao sexo – antes considerados universais – agora se tornaram alternativas éticas. Existem valores inerentes a uma sociedade democrática, como os valores éticos: respeito pela verdade, pela dignidade e igualdade de cada indivíduo, livre arbítrio e autodeterminação.

Os valores éticos gerais são aplicáveis à sexualidade e podem servir de guia na escolha de alternativas. Na educação sexual devem-se transmitir informações básicas e trabalhar a formação de atitudes sadias e positivas para o ser humano. A expressão da sexualidade e do amor deve ser encorajada desde o início, pois a sexualidade do adulto é produto de um processo longo e natural que começa antes do nascimento.

O jovem deve desenvolver a capacidade de perceber o outro e ser sensível às suas vulnerabilidades sexuais e a não usar o sexo destrutivamente ou para exploração. Se o jovem não receber mensagens de igualdade de direitos entre homem e mulher, desde o começo, dificilmente atingirá o desenvolvimento de seu potencial como ser humano.

Muitas pessoas acreditam que a educação sexual é apenas uma aula sobre anatomia ou um discurso sobre os perigos do sexo. A educação sexual ocorre desde que a criança nasce, por todas as ações que presencia ou a que é sujeita e que determinam no indivíduo a vivência psíquica e prática de sua sexualidade e a percepção da sexualidade em geral. Advertir sobre os perigos do sexo não ajuda a criança, somente transmite ansiedade e culpa.

A quem cabe a educação sexual? À família ou à escola? Essa é uma questão mal formulada. A escola tem como tarefa continuar o que deveria ter sido iniciado em casa, prestando informações mais concretas sobre sexualidade, esclarecendo e corrigindo as distorções que a criança possa ter. A escola não tem condições de prover o que só a família pode ensinar!

O modo como a escola tem se organizado parece reforçar os mecanismos geradores de adaptação e da dominação. São esses mecanismos que certamente informam os processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões no interior da escola, que vão além da legislação ou das recomendações feitas pela(s) entidade(s) mantenedora(s) da escola e/ou pelo poder público.

No entanto, essas decisões esquecem que a escola está na base do conceito de sociedade moderna atualmente aceito pela humanidade, ou mais, a escola é elemento fundante para o espírito de modernidade, “um dos principais motores de triunfo da modernidade” (PINEAU, 1999, p. 39).

Assim, a escola, principal instituição da sociedade desde o século XIX, responsável pela educação formal de meninos e meninas, de jovens e adultos, difere grandemente das organizações sociais. O que se está buscando apontar é que

“(…) a escola constitui um ambiente social peculiar, caracterizado pelas formas de tensão e acomodação entre administradores e professores - representando os padrões cristalizados da sociedade - e os imaturos [os alunos], que deverão equacionar, na sua conduta, as exigências desta com as da sua própria sociabilidade (...). [E que] (...) a vida interna da escola (...) reelabora, segundo a sua dinâmica interna, as normas, valores, práticas

comunitárias, dando-lhes uma coloração nova, mas nem por isso alheia ao encadeamento geral da sociedade” (CANDIDO, 1971, p. 111 e 128).

Por outro lado, a cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares. Viñao-Frago lembra que a cultura escolar tem sido entendida como uma das caixas pretas da historiografia educacional e, no conceito de cultura escolar, vê os modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas – no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico – e integrar-se na vida cotidiana das mesmas (2000a, p. 100).

A função da cultura escolar não seria apenas promover uma incorporação de valores outros que não os objetivos escolares, ou mesmo de servir de ferramenta para a inculcação de valores. Esse autor concebe a cultura escolar como aquele conjunto de práticas, normas, idéias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola.

“ esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores” (VIÑAO-FRAGO, 2000a, p. 100).

Os indivíduos e suas práticas são basilares para o entendimento da cultura escolar, particularmente no que se refere à sua formação, seleção e ao desenvolvimento da sua carreira acadêmica, assim como os discursos e as formas de comunicação e de linguagens, presentes no cotidiano escolar, constituem um aspecto fundamental de sua cultura.

Assim, o estabelecimento de ensino tem sua cultura definida de acordo com o sistema educacional a que pertence, isto é, também tem uma cultura institucionalizada a qual se expressa como aquele conjunto de idéias, pautas e práticas relativamente consolidadas, como modo de hábitos. Os aspectos organizativos e institucionais contribuem (...) a conformar uns ou outros modos de pensar e atuar e, por sua vez, estes modos conformam as instituições num outro sentido (VIÑAO-FRAGO, 1998, p. 169).

Observamos, então, a escola como uma instituição ímpar, que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento que constituem sua própria cultura, que não é monolítica, nem estática, nem repetível. São esses elementos estruturais, responsáveis pela instituição daquilo que Forquin (1993) chama de “*mundo social*” da escola, ou seja,

“ o conjunto de características de vida próprias, seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos” (FORQUIN 1993, p. 167).

É este conjunto de características do cotidiano escolar, que o autor denomina de “Cultura da Escola”. Para ele cultura é descrita enquanto um:

“ mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha o indivíduo humano, tão somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz “(FORQUIN, 1993, p. 168).

Contraposta à Cultura da Escola, Forquin (1993) apresenta a Cultura Escolar como sendo aquele conjunto de saberes, que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos. E nesta está pressuposta uma seleção prévia de elementos da cultura humana, científica ou popular, erudita ou de massas.

Diferentemente de Forquin (1993, p. 2), que faz sua análise em uma perspectiva sociológica, Julia (2001, p. 14) entende a cultura escolar como uma mescla de normas e práticas, aquelas “que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” e estas como um conjunto que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos dentro de uma abordagem histórica.

“ A cultura escolar, para ele, evidencia que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas é, ao mesmo tempo e talvez principalmente, um lugar de “*inculcação de comportamentos e de habitus*” (JULIA, 2001, p. 14).

“ A necessidade de conformação dos objetivos educacionais aos limites apresentados pela sociedade, em cada período da história, também tem impacto decisivo no estabelecimento da cultura escolar, pois ela é uma “cultura conforme, e seria necessário traçar, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível” (JULIA, 2001, p. 25).

Parece haver consenso, entre esses autores, na perspectiva de que a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e razão construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações culturais, externas e internas a ela, que se refletem na organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não.

Tal constatação oferece suporte para a análise do currículo como instrumento de controle/eliminação das diferenças, mesmo quando atesta tratá-las. Para essas análises admite-se na identificação da cultura escolar a possibilidade de esclarecer os contratos e decisões na/da escola, como atitude legitimadora da reprodução das desigualdades sociais, econômicas e escolares por meio do currículo.

Pinto (1997) relata que a educação sexual na escola visa colocar o diálogo sobre a sexualidade dentro da sala de aula, por professores com o preparo adequado para desempenhar essa tarefa informativa e formativa que tem como finalidade transmitir informações biológicas corretas sobre a sexualidade, acentuando o conceito do sexo ligado ao bonito, ao afeto, ao respeito mútuo, à responsabilidade e ao prazer.

Para Frade (1999) é desejável que a educação aborde a sexualidade dentro de um enfoque sociocultural, amplie a visão de mundo do estudante e ajude a aprofundar e refletir sobre seus próprios valores. É decorrente desta postura o respeito pelas diferentes opiniões, pela dignidade e pela individualidade do ser humano.

Sabe-se que a curiosidade das crianças a respeito da sexualidade abrange a subjetividade na medida em que se relaciona com o conhecimento da origem de cada um e com o desejo de saber. O acolhimento e a satisfação dessa curiosidade contribuem para o desejo de saber, de apresentar dúvidas e de buscar respostas. Ao contrário, o cerceamento, o castigo, a culpa, gerados pela punição à curiosidade, acabam, freqüentemente, criando ansiedade, tensão, agressividade e, dependendo da repressão, dificuldade na aprendizagem, porque a curiosidade lúe as intelectual, que tanto pode ser referente a sexo como outros assuntos, quando bloqueada, pode afetar o desejo da busca do novo. Ninguém aprende sem desejo. A

curiosidade, sendo feia e proibida, pode acarretar comprometimento emocional, travando o desenvolvimento intelectual.

Pinto (1997) diz que por isso a é necessário que a escola propicie um espaço em que as crianças possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões. O trabalho de orientação sexual contribui para a preservação de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez na adolescência, além de prevenir DSTs/AIDS. As informações aliadas à reflexão sobre a própria sexualidade, aos conflitos e aos medos ampliam a consciência para uma vivência plena da sexualidade.

A orientação sexual proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1998) compreende a ação da escola como complemento da educação dada pela família. Assim, a escola deverá informar à família dos alunos a proposta e os princípios que tem sobre a orientação sexual.

De acordo com Santos & Bruns (2000) o trabalho de orientação sexual dá-se de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e na extraprogramação, sempre que surgem questões, com crianças de até 8 anos de idade, relacionadas ao tema, e de forma sistematizada após essa idade.

Como tema transversal, cada uma das áreas tratará a temática da sexualidade pela própria proposta. O trabalho de orientação sexual apresenta dois conceitos: o de organismo e o de corpo. O de organismo refere-se ao aparato herdado e constitucional, à infra-estrutura biológica dos seres humanos. Já o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação subjetiva de toda a experiência na interação com o meio, (Santos & Bruns, 2000)

A partir dessa diferenciação, a abordagem sobre o corpo deve ir além das informações sobre anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo é concebido como um todo integrado, de sistemas interligados, que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer, desprazer, assim como transformações ocorridas ao longo do tempo.

Chauí (1992) diz que o que se busca é construir noções, imagens, conceitos e valores a respeito do corpo, nos quais esteja sexualidade como algo inerente, saudável, necessário e desejável à vida humana. As idéias e as concepções veiculadas pelas diferentes áreas contribuem para a construção dessa visão do corpo, por exemplo, a inclusão na aula de História de conhecimentos de

como a sexualidade é vivida em diferentes culturas e como se expressa por meio de vestuário, cuidados pessoais, regras, interdições e valorizações de comportamentos.

Chauí (1992) acrescenta ainda que a postura ética do educador, seu posicionamento respeitoso frente a diferentes culturas, valores e religiões são fundamentais para a condução do trabalho de orientação sexual. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. O professor é um catalisador de discussões, devendo se abster da emissão de opiniões ou valores pessoais. Só os valores inerentes a uma sociedade democrática devem ser ressaltados.

Segundo Chauí (1992) o projeto de educação sexual implica planejamento e ação pedagógica e deve começar, quando a criança entra na escola, e desenvolver-se ao longo de toda a seriação escolar. Na pré-escola e nas três primeiras séries do ensino fundamental, não se estrutura com horários específicos, nem se constitui uma matéria, mas atende à demanda natural da criança.

O trabalho de orientação sexual com crianças é integrado às atividades diárias em situação, como jogos, histórias, bate-papos e livros ou estudos de meio. Assim, apesar de o trabalho não se estruturar formalmente, há necessidade de que seja sistematicamente desenvolvido por educadores preparados.

Da quarta série do ensino fundamental até a terceira série do ensino médio, já se admite a estruturação do conteúdo. As aulas devem acontecer regularmente e ser incluídas no horário escolar.

A orientação sexual é uma matéria que não envolve nota, boletim ou reprovação. Enfoca as dimensões fisiológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade pelo desenvolvimento da área cognitiva, afetiva e comportamental.

O objetivo é contribuir para que os alunos passem a desenvolver e a exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, devendo adequar-se à capacidade de adaptação e à idade do educando. Na adolescência, ela deve ser feita de forma sistematizada, dentro de um horário regular, que abra espaços para o adolescente se informar e falar sobre os seus sentimentos, valores e conflitos. Mas para a criança é diferente. Na infância, a orientação sexual não é feita de forma sistematizada, porque a criança fala e mostra mais livremente, a qualquer hora, as dúvidas e os sentimentos (Chauí, 1992).

O tema deverá ser abordado de modo (individualizado ou em grupinhos, de acordo com o questionamento), sempre que aparecerem situações, mas é preciso o professor estar atento para tomar a iniciativa, quando a oportunidade aparecer. Frequentemente as crianças perguntam por meio de ações. O professor deve lidar de forma natural com essas situações, não reprimindo a manifestação de curiosidade, deixando as crianças livres para obterem suas respostas, facilitando o acesso ao material didático, que ajude a levantar perguntas e fornecer informações. O mais importante é a atitude do professor diante da questão colocada pela criança. Ela assimilará principalmente a postura do educador diante de suas perguntas ou atos. A resposta deve ser correta e objetiva. Se a criança vem com uma informação errada, deve ser corrigida, mesmo que sejamos pais os transmissores de histórias, como a da cegonha. É importante dar a informação correta, para que a criança possa confiar neles e manter aberto o canal de comunicação.

1.3 Perfil do professor de Educação Sexual

De acordo com Aquino (1997), Vitiello (1997), não existe um perfil específico de orientador sexual. O próprio professor, de preferência aquele que tem maior empatia com o aluno e que está em sintonia com a sua linguagem, é capaz de fazê-lo. O professor que convive com seus alunos, muitas vezes, todos os dias, conhece seu modo de viver, conflitos, carências, interesses e necessidades.

Não é necessário que seja um professor de Ciências, pois, em se tratando da sexualidade, o conhecimento do corpo é importante, mas insuficiente para a mudança de práticas e atitudes.

O importante é que o professor tenha abertura, receptividade entre os alunos, interesse pelo tema e capacidade de rever sua postura e conhecimentos constantemente.

O orientador sexual é, acima de tudo, um educador que observa e analisa com os alunos as diversas opiniões para que cada um se torne sujeito de seu desenvolvimento emocional e sexual.

Vitiello (ibid, p. 104) comenta:

“ O professor ideal é aquele que normalmente é o mais procurado pelos alunos para um conselho, ou um esclarecimento, qualquer que seja a disciplina que ele habitualmente ministre, pois o simples fato de ser alvo de confiança dos jovens já demonstra possuir credenciais que o capacitam para exercer a atividade de educador sexual devendo apenas ser adequadamente treinado. Deve ainda estar ele bem adequado com sua sexualidade, tendo a coragem de desafiar seus próprios tabus e preconceitos, reconhecendo suas próprias falhas.”

Nesse sentido, orientador sexual “ideal” é aquele que está aberto a questionamentos e mudanças, a ouvir o aluno e a encorajá-lo a expressar suas idéias e opiniões, sem recorrer a depoimentos pessoais.

Comenta Ribeiro (1990, p. 33):

“ O orientador sexual, por sua vez, deverá ter uma formação específica e distinta, de maior duração, envolvendo aspectos desde conhecimentos teóricos a serem transmitidos, até a aquisição de atitudes positivas e sadias em relação à sexualidade, sua própria e de outrem, e a capacidade de tratar com naturalidade as questões que serão abordadas. E o critério de seleção indispensável é que o ‘candidato’ esteja interessado na temática e se sinta à vontade para falar de sexo”.

Desse modo, as principais características do professor facilitador do trabalho de Orientação Sexual são: disponibilidade em lidar com o assunto, atualizar-se com as informações referentes à sexualidade, respeito às diferenças, ética, bom senso; dinâmica de grupo, bom relacionamento com os alunos e equilíbrio em relação à sexualidade.

O profissional que se responsabiliza por esse trabalho pode ser um professor de qualquer matéria ou educador com outra função na escola (orientador educacional, coordenador pedagógico ou psicólogo, por exemplo). O importante é que seja alguém que tenha bom contato com os alunos e, portanto, um interlocutor confiável e significativo para acolher as expectativas, opiniões e dúvidas, além de ser capaz de conduzir debates sem impor suas opiniões. Não constitui pré-requisito que o professor seja da área de Ciências (comumente associada à sexualidade), já que não se trata de abordagem predominantemente biológica da sexualidade. Importa é que tenha interesse e disponibilidade para esse trabalho, assim como flexibilidade e disposição pessoal para conhecer e questionar seus próprios valores, respeitando a diversidade dos valores atribuídos à sexualidade na sociedade atual.

É importante que os educadores possam, no seu trabalho, desenvolver uma reflexão crítica sobre os diversos valores morais e suas dimensões

no comportamento humano. Ao invés de julgar, condenando ou aprovando, o comportamento do outro, levar os alunos a refletir e formar suas próprias opiniões, construindo um ponto de auto-referência para suas atitudes e ações perante a saúde individual e coletiva e as questões referentes à sexualidade.

É próprio da postura ética procurar ver com clareza, profundidade e abrangência os valores, problematizá-los, buscar sua consistência.. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento, numa perspectiva de um juízo crítico que quer compreender, buscar o sentido da ação. Assim, não se confunde com a moral, pois esta indica, numa determinada sociedade, o comportamento que deve ser considerado bom ou mau.

Nascimento quando afirma:

“ A questão ética não se restringe ao plano da aceitação das normas socialmente estabelecidas nem se reduz ao problema da criação dos valores por uma liberdade solitária. Nasce na existência concreta de cada um, da consciência dos valores envolvidos no reconhecimento da inalienável dignidade da pessoa e do sentido da responsabilidade pessoal diante do outro, cujo rosto é um apelo constante a ser respeitado e promovido “, (NASCIMENTO, 1984p. 16)

Daí a importância em qualificar o trabalho do professor(a) como uma atividade que ultrapasse a dimensão moral na direção da postura ética, pois apenas esta última é capaz de estabelecer os projetos sociais geradores da nova tríade contexto; trabalho e história. Em suma, a ética permite a crítica à pequena moral e pela crítica é possível questionarmos a ideologia, lançando-nos em diferentes alternativas sociais.

1.4 O enfermeiro e a educação sexual

Segundo dados do Ministério da Saúde, BRASIL (1998) os critérios de priorização nos agravos de saúde pública relacionados às DSTs são: Magnitude, Transcendência, Vulnerabilidade e Factibilidade. Boa parte dos órgãos genitais dos homens é externa, o que facilita identificar sinais e sintomas das DSTs. Toda vez que o homem, ao se tocar e observar seus genitais, perceber que tem: caroços, verrugas, feridas, bolhas, corrimentos ou dor ao urinar, deve procurar um serviço de saúde porque pode estar com uma DST. Parte dos órgãos femininos são internos e para conseguir examiná-los, a mulher precisa ir periodicamente ao atendimento no

serviço de saúde, prevenindo doenças. Dentre as DSTs mais comuns, segundo FUNASA (2002) destacam-se: Gonorréia, Cancro Mole, Sífilis (Cancro Duro), Herpes, Hepatite (tipo A e B), Candidíase, Linfogranuloma Venéreo, Uretrite não Gonocócica (Chlamydia), Condiloma Acuminado, Tricomoniase e a AIDS.

Para diagnóstico completo deve-se fazer um exame físico, exame genital, masculino ou feminino, (coleta de secreções e de material para a realização do diagnóstico etiológico). É necessária uma intervenção direta e urgente, se realmente desejamos conter essas doenças. Um dos maiores motivos para o aumento da epidemia de DSTs no mundo é a falta de programas permanentes de educação sexual. Mas a informação centrada nesta educação é delicada por tratar de doenças ligadas a práticas sexuais. Nas escolas os professores não se sentem preparados para lidar com dados técnicos e informações que não são fáceis de serem encontradas, quando não se atua na área de saúde; e também na comunicação entre pais e filhos dentro da família, devido a tabus que os brasileiros trazem em sua tradição familiar. A família é lugar indispensável garantindo a sobrevivência, proteção integral dos filhos independentemente do arranjo familiar, propiciando aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes, desempenhando papel na educação formal e informal; onde são absorvidos valores éticos, humanitários e laços de solidariedade. Na família se constroem as marcas entre gerações e são observados valores culturais. Segundo Cardoso de Melo (1976) a família não é somente o berço de cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança é que vai de apoio à sua criatividade e ao comportamento produtivo futuro. A família tem sido e será a uma forte influência para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Acredita-se que o enfermeiro poderá transformar riscos em informação responsável, transformar conflitos na existência de alegria, esperança e uma vontade inesgotável de viver com qualidade. Também poderá transformar a missão da orientação do adolescente, em uma missão mais amena para todos aqueles que o cercam e para todos os que com eles se envolverem, transformando em sabedoria a informação que o adolescente recebeu.

Ferriane (1991), avaliando um programa de saúde escolar, demonstra o papel desempenhado pelo enfermeiro nos aspectos educativo,

assistencial e administrativo. Dotado de ampla visão em saúde e educação, o enfermeiro pode ser o elo entre a escola, a comunidade e os serviços de saúde.

Oliveira (1997) sugere que os enfermeiros devem dar atenção especial à escola para se trabalhar as questões de educação em saúde, levando em consideração a faixa etária e o nível de complexidade dos temas..

Para Meneghin (1993), o enfermeiro é educador, tem conhecimento e deve utilizar a sua principal arma, a comunicação, para provocar, a curto, médio ou longo prazo, uma mudança no modo de pensar, sentir e atuar do aluno.

Concluindo este tópico pode-se afirmar que é a Enfermagem desempenhando um papel extramuros, descaracterizando um perfil hospitalocêntrico e definindo o quanto a nossa profissão pode utilizar seu extenso campo científico em prol de uma população sedenta de saber e saúde.

1.5 A Importância da Educação em Saúde

São necessárias para estabelecer as bases conceituais ações de educação em saúde duas vertentes segundo Mendonça (1982). São elas: a Tópica Funcional e a Tópica Epistemológica. Na primeira as funções de técnica, método e meio de veiculação conformam os instrumentos de ação. Na Tópica Epistemológica a tríade é formada pela ciência (através do rigor científico), educação e comunicação, que fornecem as diretivas de ação.

Considerar a educação em saúde como disciplina de ação significa dizer que o trabalho será dirigido para atuar sobre o conhecimento das pessoas, para que elas desenvolvam juízo crítico e capacidade de intervenção sobre suas vidas e sobre o ambiente com o qual interagem e, assim, criarem condições para se apropriarem de sua própria existência.

Estabelecer o espaço de atuação entre a esperança do indivíduo e os projetos governamentais significa, primordialmente, considerar a pessoa como ser vivente, com alma, com idéias, com sentimentos e desejos, como gente, enfim. Representa, ainda, aproximar as conquistas técnicas e científicas do homem comum e a ação governamental do cidadão.

A transmissão do conhecimento técnico-científico não pode ser considerada como uma benesse assistencial ou ato de favor dos detentores, tanto

do poder como do conhecimento. As pessoas devem ter acesso fácil, oportuno e compreensível a dados e informações de qualidade sobre sua saúde (desde o prontuário médico ou ficha clínica) e sobre as condições de vida de sua comunidade, cidade, município, estado e país.

Os dados e informações devem ser claros, sem conter ambigüidade, precisos e fidedignos e serem transmitidos de maneira adequada, através de sistemas visuais e auditivos que mobilizem a atenção e motivem sua utilização.

Deve ficar absolutamente claro que assim como o indivíduo tem direito à informação o cidadão tem o dever de se informar. As ações de educação em saúde devem contribuir, decisivamente, para transformar o dever do estado (em relação ao disposto na Constituição) em estado de dever, que é função de todos, indivíduos, instituições, coletividades e governos.

Pavarini (1999) relata que as condições de saúde dos alunos são determinadas, em parte, pela educação que recebem na escola.

Para Netto (1983), a saúde individual e a coletiva muito dependem da Educação, isto é, da formação de hábitos e atitudes, dos conhecimentos adquiridos em casa e na escola.

Andrade (1980), Vilar (1984) e Miranda (1989), citados por Pavarini (1990), apontam a importância e necessidade de programas integrados de Educação e Saúde.

Educar para a saúde é educar para a consciência e construção de uma comunidade mais harmoniosa, crítica e sadia. Problemas sociais, ligados à saúde pública e saúde preventiva tem repercussão direta no campo educacional.

O professor, bem orientado e treinado, poderia suprir, em parte, a carência de profissionais de saúde, sem prejuízos das atividades pedagógicas do dia-a-dia, desenvolvendo ações preventivas e curativas simples, democratizando as informações de saúde e promovendo a integração lar-escola-comunidade, visando à saúde dos educandos.

Para Marcondes (1972), o professor deveria observar continuamente o estado de saúde dos alunos, como o maior responsável pelo aluno na escola, inclusive no espaço da saúde.

Cruz (1980) explicita as vantagens de o professor já possuir a clientela, de permanecer horas com ela, podendo observá-la todos os dias e perceber sinais e sintomas de doenças.

1.6 Programa de Educação Sexual

O Programa de Educação Sexual, de acordo com o MEC (1994), constitui-se em um serviço de extensão permanente, realizando e estimulando ações extensionistas, de pesquisa e de ensino, no campo da Sexualidade Humana, mais especificamente, da Educação em Sexualidade.

São realizadas pesquisas dentro das seguintes Linhas: Educação Sexual na Adolescência, Reprodução e Sexualidade. As atividades de extensão envolvem consultorias / assessorias, estágios extracurriculares, cursos, encontros, seminários, oficinas, fóruns, treinamentos e tradução de material instrucional.

Decorrente de seu funcionamento, foi criada a disciplina BIO 162 – Sexualidade e Educação, integrante dos currículos dos seguintes cursos de graduação: Ciências Biológicas, Pedagogia, Educação Física, Psicologia e Filosofia. É constituída por profissionais de Educação, Ciências Biológicas, Medicina, Psicologia e História (em caráter permanente) e de outras áreas, como Ciências Sociais, Filosofia, Enfermagem e Direito (como convidados). Vincula-se a outros grupos e núcleos da Universidade (UFBA) e de outras Instituições que tem objetivos comuns, como a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH): Estimular e realizar estudos no campo da Educação Sexual, integrando profissionais da área e outras correlatas, como:

- Artes – Trabalhar as situações de discriminação. Por exemplo, os atributos relacionados à sensibilidade artística costumam ser associados ao feminino e um garoto que mostra aptidão muitas vezes sofre algum tipo de preconceito. Pode-se montar peças teatrais e elaborar cartazes que tratem do tema das DST/Aids.
- Ciências Naturais – Ao abordar a anatomia humana externa e interna, incluir o fato de que os sentimentos se produzem a partir do corpo e se expressam nele próprio. Analisar as transformações do corpo na puberdade, os mecanismos da concepção, gravidez e parto, assim como a existência de diferentes métodos contraceptivos e sua ação no corpo do homem e da mulher. Em relação as DST/Aids, tratar das formas de transmissão e prevenção.

A família, os meios de comunicação, as escolas e outros agentes sociais têm papel determinante no comportamento dos jovens. A família, mesmo que não dialogue abertamente sobre sexualidade, é quem dá as primeiras noções sobre o que é adequado, ou não, por meio de gestos, expressões, recomendações e proibições. Os meios de comunicação, quando veiculam cenas de conteúdo erótico, freqüentemente reforçam preconceitos. E a escola muitas vezes deixa de oferecer um espaço para que ocorram debates sobre saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma continuada. Em geral isso acontece por falta de pessoal capacitado na área, por achar o assunto desimportante ou, ainda, por falta de apoio da direção, dos governos, etc.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990) define que todas as crianças e adolescentes têm direito à proteção integral e que são sujeitos com direitos especiais, porque são pessoas em processo de desenvolvimento. O ECA enfatiza a importância de assegurar como prioridade para as crianças e adolescentes a efetivação desses direitos fundamentais onde se incluem, entre outros, o direito a vida, à saúde, à alimentação e à educação.

A educação sexual pode ser entendida como um direito que todos têm de conhecer seu corpo e ter uma visão positiva da sexualidade, uma comunicação clara em suas relações, ter pensamento crítico, compreender seu próprio comportamento e o do outro e tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual, agora e no futuro. Uma das possibilidades é a inclusão do estudo da sexualidade no currículo escolar.

2 O CONTEXTO SOCIAL

2. 1 Sexo na TV

É possível observar os debates mais acalorados, quando se trata dos efeitos da mídia sobre as crianças e adolescentes, é o crescente número de cenas que envolvem sexo, nudez e erotismo nos programas de televisão, revistas e jornais, mas até que ponto somos realmente influenciados pela mídia?

A televisão ainda é o meio de comunicação que exerce maior influência. Vemos o sexo ser abordado nas novelas, nos comerciais, nos filmes. E é claro que nossos filhos vêm tudo com muito interesse. A criança vive a sexualidade desde o nascimento, buscando o conhecimento, não o erotismo. Assim, tudo que vê na TV, ela internaliza, é um aprendizado; quando se torna adolescente, inicia-se outro processo, no qual se junta a busca de conhecimento, mas agora também de prazer. O adolescente descobre a sua sexualidade como fonte de prazer, e isto é bom, porque sexo é bom, porém sexo não envolve apenas a relação sexual, envolve carinho, amor, respeito por si próprio e pelo outro, responsabilidade. E como estas questões são abordadas pela televisão?

O que geralmente vemos na TV são relacionamentos cheios de paixão, algo avassalador, contagiante, como se estas emoções e excitações trouxessem felicidade e realização. Mas esta imagem de sexo não é real, porque aquelas questões citadas acima normalmente não são mostradas na TV e elas sim, são muito reais.

Segundo a Revista Veja Edição 1871 datada de 15/09/2004, de acordo com o estudo, realizado pela Universidade da Califórnia, jovens que assistem com frequência a programas com conteúdo erótico são duas vezes mais propensos a precocidade nas relações sexuais do que aqueles que não vêem esse tipo de espetáculo porque os pais não permitem. O estudo analisou os hábitos televisivos e sexuais de 1.792 adolescentes ao longo de um ano. "É um aprendizado por imitação", diz a psicóloga americana Rebecca Collins, uma das responsáveis pelo levantamento. "Se todo mundo está falando de sexo e fazendo sexo sem que nenhuma consequência negativa seja mostrada, o jovem pensa: ' Eu preciso fazer sexo também'

É importante que possamos refletir sobre sexo e TV. Os adolescentes necessitam de informações sobre sexualidade e é nosso dever como pais ajudá-los neste momento. Podemos ficar mais atentos nos programas de TV que assistimos, para mostrar aos nossos filhos a realidade do sexo, como algo bom, prazeroso e responsável, não só a fantasia de que tudo é lindo e maravilhoso, pois a vida é real e não uma novela

O Independent Television Commission – ITC -, organização britânica que monitora as concessões de emissoras de televisão do Reino Unido, realizou, em parceria com a Rede BBC e a Broadcasting Standards Commission, uma ampla pesquisa qualitativa, de junho de 2001 a julho de 2003, na qual foram ouvidas crianças e adolescentes ingleses e americanos com idades entre 10 e 17 anos. O estudo, chamado Young People, Media and Personal Relationship, foi supervisionado pelos pesquisadores David Buckingham e Sara Bragg, levando em conta também a opinião dos pais. Os resultados do trabalho foram tão positivos que os autores publicaram um livro *Children, Sex and the Media; The Facts of Life?*

Os programas de televisão analisados abrangeram gêneros variados, como talk-shows, programas de auditório, canais dedicados à música jovem, novelas e filmes da televisão britânica e americana.

As conclusões dos autores não surpreendem, quando apontam a influência da mídia sobre as idéias, costumes, vestuário, linguagem e decisões importantes na vida dos jovens. Mitos, ídolos, jogos, filmes, música, relações sociais e familiares, tudo o que o jovem curte na televisão, ele o traz para sua vida e incorpora a seu modo de ser. Ocorre verdadeira despersonalização pelos modismos e imitação daqueles que a mídia impõem como modelos de vida, sucesso, sem

questionar sua legitimidade e representatividade, o valor de suas idéias e sua contribuição para a melhoria social e individual.

Talvez falte por parte dos pais o diálogo com os filhos com o questionamento de tais programas. Proibir de assistir é desgastante e, às vezes, desperta ainda mais a vontade e a curiosidade. Porém, um debate bem conduzido, apontando os valores e vícios, os aspectos positivos, talvez auxiliasse o jovem a selecionar melhor e com espírito crítico o que deseja assistir.

2. 2 A Educação sexual no Brasil

A educação sexual no Brasil teve sua ascensão entre 1960 e 1964, quando escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte organizaram programas de orientação sexual para seus alunos. Autores que fazem referência aos primeiros tempos da educação sexual no Brasil (Werebe, 1977; Barroso & Bruschini, 1982; Ribeiro, 1990; Guimarães, 1995; Figueiró, 1995; Gallacho, 2000) situam a década de 60 não só como um período promissor que foi abortado com o golpe militar de 1964, como dão a entender que estas foram as primeiras tentativas de se implantar a orientação sexual na escola.

Porém, existe uma lacuna na História da Educação Sexual no Brasil, que é o estudo das primeiras décadas do século XX com sua vasta produção literária sobre educação sexual. Observamos, em nossa pesquisa, que médicos, educadores e sacerdotes deste período se interessavam vivamente por questões ligadas à sexualidade e à educação sexual, publicavam livros que eram aceitos pelas grandes editoras e lidos pelo grande público, por exemplo, Brandão da Silva (1938), Silva (1934), Irajá (1930a; 1930b; 1933a; 1933b; 1933c; 1947), Mariz (1940), Moreira (1937), Negromonte (1958).

Dentre os vários autores da época, destacou-se o médico José de Albuquerque, não só pela produção bibliográfica, mas também pelas iniciativas que teve para levar a educação sexual à população.

Pioneiramente, vê a escola como o espaço não aproveitado para se instituir a educação sexual, evitada pelos professores, que “quando ensinam história natural ou higiene (...) não entram em assuntos imorais com seus discípulos”

(Albuquerque, 1930, p. 21), aspectos que serão resgatados por autores atuais, como Santos & Bruns (2000), Werebe (1998), Camargo & Ribeiro (1999), Guimarães (1995) e Ribeiro (1990).

No começo da década de 80, surge a AIDS, o que tornou imprescindível a orientação da população quanto às formas de contágio, prevenção e tratamento. O índice de adolescentes que engravidaram antes do casamento cresceu muito. Nos anos 90, o fenômeno da “gravidez indesejada” teve sua explosão.

Em 1999, a revista *Veja* estampava na capa a informação: “Um milhão de adolescentes engravidam por ano no Brasil”. Se era para assustar, assustou mesmo, pois, no final de dezembro do mesmo ano, a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) previa a inserção do tema Orientação Sexual como tema transversal na grade curricular das escolas.

Em que pese o avanço da lei, os professores em geral não estão abertos à sexualidade dos alunos. Parré (2001) relata que, dos professores investigados em seu estudo, $\frac{1}{4}$ desconhece a proposta de Orientação Sexual dos PCNs, a metade não trabalha o tema e a maioria não recebeu qualquer formação para fazê-lo.

Em princípio acreditava-se que as famílias não desejavam a abordagem dos temas no âmbito escolar, mas hoje a situação inverteu-se. É cada vez maior o número de famílias que desejam e que reivindicam a Orientação Sexual nas escolas, pois reconhecem sua importância para as crianças e a dificuldade em falar sobre esse tema em casa.

A educação sexual tem sido freqüentemente acusada de influenciar os jovens a iniciarem a vida sexual mais cedo. Contudo, os adolescentes hoje estão quase sempre adiantados em relação à idade e convém não esquecer que os transtornos sexuais não costumam acontecer porque os jovens sabem muito sobre o sexo e, sim, porque não estão suficientemente informados.

Em relação à afirmação citada acima, Gikovate (2002) diz que a TV tem incitado é a estimulação de um componente do nosso instinto sexual relacionado com o prazer de nos exibirmos, de chamarmos a atenção e despertarmos a admiração e eventualmente o desejo das outras pessoas. Esse elemento da sexualidade é chamado de vaidade e essa sim tem sido estimulada de forma precoce pelos programas infantis, por influência dos quais as meninas, talvez

mais que os meninos, se empenham precocemente em cultivar um excessivo zelo por sua aparência física e um gosto precoce por chamar a atenção.

De acordo com Gikovate (2002) essas alterações estão a serviço de interesses comerciais um tanto perversos e que também têm influenciado dramaticamente o modo de ser dos adultos.

“ Assim, não creio que essas crianças virão a ser mais “peruas” do que suas mães já são! Considero lamentável essa peculiaridade da modernidade em que a preocupação com a aparência física ultrapassou de longe os limites do razoável e do bom senso. Quase todo o orçamento das famílias, mesmo de classes mais altas, é gasto com roupas, cosméticos, cirurgias estéticas, etc. Gasta-se muito mais com o aperfeiçoamento do corpo do que da mente e com o cultivo de valores mais sofisticados. Assim sendo, não creio que a televisão estimula a iniciação sexual precoce em termos de trocas eróticas e sim em termos de estímulo precoce da vaidade, especialmente da vaidade feminina. “(GIKOVATE, F. Publicado em 09/10/2002 16:05:00)

Com a globalização da economia e da cultura, ocorre mudança nos paradigmas da sociedade. Nesse contexto, a função da escola não é só ministrar informação, mas também gerar conhecimento, pensar a informação recebida, reelaborando-a e correlacionando-a com a realidade vivida.

2. 3 Gravidez na adolescência

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (2002), o índice de gravidez de mulheres adultas está caindo. Em 1940, a média de filhos por mulher era de seis. Essa média, em 2000, caiu para 2,3 filhos para cada mulher.

O mesmo não acontece com as adolescentes. Segundo os dados do IBGE (2002), o número de adolescentes entre 15 e 19 anos grávidas aumentou 15%. São cerca de 700 meninas que se tornam mães a cada ano no Brasil. Desse total, 1,3% são partos realizados em garotas de 10 a 14 anos.

Apesar de proibido no Brasil, salvo em alguns casos, mais da metade das adolescentes grávidas da classe média alta recorrem ao aborto, quando não querem ou não podem continuar a gestação.

Para Bruno (2005) os riscos biológicos para o recém nascidos(RN) são comprovadamente mais freqüentes nesta faixa etária. A prematuridade e o baixo peso ocorrem mais em filhos de adolescentes do que de mulheres adultas. Estas

são as principais causas de morbi-mortalidade em RN. Quando o filho é bem aceito será bem cuidado independente da idade da mãe e esta o amamentará, o vacinará, logo não há motivos para acreditarmos que os filhos de adolescentes adoeceram mais do que os filhos de adultas.

Bruno (2005) acrescenta que maior do que os riscos biológicos são os psico-sociais. Em geral, a adolescente para de estudar e trabalhar, tem sentimentos de diminuição de auto-estima, depressão e algumas vezes pensa até em suicídio. Vários trabalhos mostram que a baixa escolaridade é tanto causa como consequência da gravidez na adolescência. Sabe-se que quanto menor a escolaridade maior probabilidade de ocorrer gestação e que esta faz com que a adolescente pare de estudar, por vergonha das amigas, pressão da escola e muitas vezes da família, por punição ou por acreditar que esta é a única maneira da jovem cuidar do seu filho, ou ainda pressão do parceiro. Os meninos, muitas vezes, param de estudar para trabalhar, para sustentar a nova família.

A própria vida conjugal muda. Em geral, a gravidez ocorre fruto de uma relação sexual desprotegida de um casal de namorados adolescentes, ou entre adolescente e um adulto jovem, que resolvem se unir. Outras vezes, a gravidez é fruto de uma relação não formal e o parceiro não assume a gestação, na maioria destes casos ocorre o aborto provocado.

Como estas relações sexuais, em geral, são escondidas, a gravidez é a prova visível de que estas estavam acontecendo. A situação desperta alguns sentimentos, na sua maioria, negativos, como medo, vergonha, desespero.

2.4 Dúvidas e anseios dos jovens (formulados pela pesquisadora)

Apesar de vivermos em uma época globalizada, internectada e intranectada, em que as informações brotam ao simples clicar de um mouse, poucos jovens buscam informações corretas e consistentes sobre sexo e sexualidade e não se abrem ao diálogo com quem possa esclarecê-los adequadamente. Devido à falta de informações, muitos acabam precipitando e se precipitando em uma vida sexual que lhes trará muitos dissabores.

Entre os anseios mais comuns dos jovens, podemos citar:

- Como apresentar o parceiro (noivo, namorado, companheiro...) à família?
- Como contar ou esconder dos pais a opção homossexual?
- Como encarar o preconceito de amigos e familiares?
- Como tratar ou ocultar uma doença sexual?
- Como reagir frente ao teste de gravidez?
- Como enfrentar o ginecologista (exames, nudez, medo...)?

Muitas vezes, o jovem é descontraído e seguro ao falar sobre problemas dos outros, porém, quando é ele o centro da conversa ou alvo de preocupações e comentários, encolhe-se e perde toda a sua espontaneidade.

3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA LEGISLAÇÃO

Educação engloba ensinar e aprender. É um fenômeno visto em qualquer sociedade, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da passagem, às gerações que se seguem, dos meios culturais necessários à convivência de um membro na sua sociedade. Nos mais variados espaços de convívio social ela está presente. Nesse sentido, educação coincide com os conceitos de [socialização](#) e [endoculturação](#). A prática educativa formal observada em instituições específicas se dá de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das [escolas](#).

Tratando da Educação Sexual a Assembléia da República decreta a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto de 1999, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma visa conceder maior eficácia aos dispositivos legais que garantam a promoção a uma vida sexual e reprodutiva saudável, mais gratificante e responsável, consagrando medidas no âmbito da educação sexual, do reforço do acesso ao planeamento familiar e aos métodos contraceptivos, tendo em vista, nomeadamente, a prevenção de gravidezes

indesejadas e o combate às doenças sexualmente transmissíveis, designadamente as transmitidas pelo HIV e pelos vírus das hepatites B e C.

CAPÍTULO II

Promoção da saúde sexual

Artigo 2.º

Educação sexual

1. Nos estabelecimentos de ensino básico e secundário será implementado um programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana, no qual será proporcionada adequada informação sobre a sexualidade humana, o aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, sida e outras doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos e o planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidades e a igualdade entre os géneros.

2. Os conteúdos referidos no número anterior serão incluídos de forma harmonizada nas diferentes disciplinas vocacionadas para a abordagem interdisciplinar desta matéria, no sentido de promover condições para uma melhor saúde, particularmente pelo desenvolvimento de uma atitude individual responsável quanto à sexualidade e uma futura maternidade e paternidade conscientes.

3. A educação para a saúde sexual e reprodutiva deverá adequar-se aos diferentes níveis etários, consideradas as suas especificidades biológicas, psicológicas e sociais, e envolvendo os agentes educativos.

4. Na aplicação do estipulado nos números anteriores deverá existir uma colaboração estreita com os serviços de saúde da respectiva área e os seus profissionais, bem como com as associações de estudantes e com as associações de pais e encarregados de educação.

5. Nos planos de formação de docentes, nomeadamente os aprovados pelos centros de formação de associações de escolas dos ensinos básico e secundário, deverão constar acções específicas sobre educação sexual e reprodutiva.

Artigo 3.º

Promoção de doenças sexualmente transmissíveis

1. Deve ser promovida a criação de um gabinete de apoio aos alunos, que entre outras finalidades a definir pela escola, ouvidas as associações de pais, realizará acções diversas para promoção da educação para a saúde, particularmente sobre sexualidade humana e saúde reprodutiva, em articulação com os serviços de saúde.

2. Considerando a importância do uso do preservativo na prevenção de muitas das doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a sida, será disponibilizado o acesso a preservativos através de meios mecânicos, em todos os estabelecimentos do ensino superior e nos

estabelecimentos de ensino secundário, por decisão dos órgãos diretivos ouvidas as respectivas associações de pais e de alunos.

3.1 PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa, sendo a Educação Física um espaço privilegiado de intervenção.

Há diferentes significados no tratamento dado pela escola a este tema. Nesse sentido, o tema orientação sexual é reinscrito na escola dentro do contexto histórico e demandas atuais.

Os PCNs subdividem-se nos seguintes itens:

- orientação sexual como tema transversal;
- concepção de sexualidade;
- explosão discursiva sobre a sexualidade e
- orientação sexual na Educação Física.

Para Altmann (1998), em virtude do grande aumento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco de contaminação pelo HIV, Orientação Sexual é um dos temas transversais a ser trabalhado ao longo de todos os ciclos de escolarização. Cabe à escola e não mais apenas à família desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes.

3.2 Orientação sexual como tema transversal

A educação sexual constitui um dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC). É um assunto polêmico, que envolve questões de foro íntimo, mas a escola tem o dever de orientar os alunos e esclarecer suas dúvidas a esse respeito. Aids, métodos contraceptivos, Doenças

Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a descoberta do próprio corpo e da sexualidade são questões a serem abordadas em sala de aula.

A educação sexual não surge na escola a partir dos PCNs. A reinserção da orientação sexual na escola parece estar associada, por um lado, à dimensão epidêmica, como no passado em relação à sífilis – e, por outro, a uma mudança nos padrões de comportamento sexual. Este quadro evoca intervenções em escala populacional, bem como individual.

Os PCNs pretendem ser um referencial fomentador da reflexão sobre os currículos escolares, uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares.

Conforme os PCNs de (1998), a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa do ensino fundamental e ser tratada por diversas áreas do conhecimento em duas formas: dentro da programação, em conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. A partir da quinta série, além de transversalização (...), a Orientação Sexual comporta também espaço específico (PCNs). Isso indica uma intensificação dos trabalhos de orientação sexual na escola a partir deste ciclo.

Os programas de orientação sexual devem ser organizados em torno de três eixos norteadores. Corpo: matriz da sexualidade, Relação de gênero e Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis / Aids.

3.3 Concepção de sexualidade nos PCNs

Nos PCNs (1998), a orientação sexual é entendida como de caráter informativo, vinculado à visão de sexualidade que perpassa o documento.

A sexualidade é concebida como um dado da natureza, como algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida. Fala-se em necessidade básica, em potencialidade erótica do corpo, em impulsos de desejos vividos no corpo, sobre os quais os sujeitos, principalmente os adolescentes, precisam ser informados:

A partir da puberdade e das transformações hormonais ocorridas no corpo de meninos e meninas, é comum a curiosidade e o desejo da experimentação erótica a dois.

É a partir da puberdade que a potencialidade erótica do corpo se manifesta sob a primazia da região genital, expressando-se na busca do prazer.

No trabalho com crianças, os conteúdos devem favorecer a compreensão de que o ato sexual, assim como as carícias genitais, são manifestações pertinentes à sexualidade dos jovens e adultos, não de crianças.

Há indicativos normalizadores da sexualidade. Ela é vista sob o ponto de vista biológico, atrelada às funções hormonais. Quanto à experimentação erótica, à curiosidade e ao desejo, estes são considerados comuns, quando a dois. A potencialidade erótica do corpo a partir da puberdade é centrada na região genital, enquanto, na infância, só é admitido um caráter exploratório pré-genital.

Em outros momentos, afirma-se uma certa dimensão histórica da sexualidade, como quando é explicado que uma disciplina como História pode incluir conteúdos a respeito de como a sexualidade é vivida em diferentes culturas, em diferentes tempos, em diferentes lugares.

Apesar de parecer algo tão natural, o corpo e os modos de usá-lo e valorizá-lo têm determinações sociais de várias ordens: econômica, política e cultural. Por outro lado, ainda que das formas mais diversas, a sexualidade sempre teve papel importante na vida do ser humano.

Defender a sexualidade como algo ligado ao prazer e à vida não diz muito e não é suficiente para desvinculá-la de tabus e preconceitos. Parece mais fecundo abordar sua constituição histórica.

Além disso, soa contraditório e limitado pretender livrar a sexualidade de preconceitos e tabus apenas, vinculando-a ao prazer e à vida. Precisa ser abordada a prevenção de doenças, o que implica pensar a relação da sexualidade como dor, mal-estar e até mesmo morte.

3.4 Explosão discursiva sobre a sexualidade

Os PCNs tratam sobre como educar o corpo, matriz de sexualidade. A educação deve ocorrer a partir de um incitamento ao discurso sobre o sexo na escola. A orientação sexual deve impregnar toda a área educativa. Os alunos devem ser instigados a lidar com dinâmicas grupais, técnicas de sensibilização e facilitação dos debates, materiais didáticos que problematizem, ao invés de fechar a questão, possibilitando a discussão dos valores (sociais e particulares) associados a cada temática da sexualidade.

Pela colocação do sexo em discurso na escola, há um complexo aumento de controle exercido sobre os indivíduos, não por meio de proibições, punições, mas por meio de mecanismos positivos que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. Os PCNs instruem que, ao tratar sobre doenças sexualmente transmissíveis, os professores não devem acentuar a ligação entre sexualidade, doença ou morte, mas fornecer informações sobre doenças, tendo como foco a promoção da saúde e de condutas preventivas. A mensagem não deve ser AIDS mata mas AIDS pode ser prevenida.

3.5 Orientação Sexual na Educação Física

O tema transversal da orientação sexual tem seu lugar privilegiado na Educação Física, de acordo com os PCNs.

Um dos principais objetivos é o fomento de atitudes de autocuidado, preparando sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. A Educação Física aparece como um espaço privilegiado para isso, devido aos seus conteúdos e dinâmica de aula e relação que estabelece entre professores e alunos.

O professor de Educação Física é uma referência importante para seus alunos, nos aspectos afetivos, sociais, éticos e de sexualidade, o que lhe dá um conhecimento abrangente de seus alunos.

O conhecimento sobre o corpo deve dar recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma.

A formação de hábitos de autocuidado e de construção de relações interpessoais colabora para que a dimensão da sexualidade seja integrada de maneira prazerosa e segura.

Todavia, apesar de destacar a importância de a Educação Física tratar questões referentes à sexualidade, este tema não é relacionado aos conteúdos desta disciplina, tampouco há indicativos de como os professores possam abordá-lo em aula. No bloco Conhecimentos sobre o corpo, são destacados conhecimentos de Anatomia – referentes principalmente à estrutura muscular e óssea -, conhecimentos de fisiologia – a fim de compreender as alterações que ocorrem durante as atividades físicas – e conhecimentos de bioquímica – sobre processos metabólicos de produção de energia, eliminação e reposição de nutrientes.

No que se refere às relações de gênero, as diferenças entre meninos e meninas são determinadas social e culturalmente. Cabe ao professor intervir didaticamente, propiciando experiências de respeito às diferenças e intercâmbio entre eles e elas.

As aulas mista de Educação Física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e aprendam a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, a fim de não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias.

Os PCNs destacam que há diferença entre competências de meninos e meninas, as quais se manifestam principalmente no primeiro ciclo. Isso ocorre, segundo o documento, porque meninos têm mais experiências corporais com bolas e em atividades que demandam força e velocidade, enquanto meninas, têm mais experiência em atividades expressivas e naquelas que exigem mais ritmo, equilíbrio e coordenação. Assim, é positivo dar oportunidade às meninas de desenvolverem competências tradicionalmente tidas como masculinas e aos meninos, competências femininas.

Percebe-se no segundo ciclo grande destaque para as diferenças entre meninos e meninas, consideradas como social e culturalmente construídas, mas, em nenhum momento, problematizadas.

O tema orientação sexual não tem apenas um caráter informativo, como sugerem os PCNs, mas sobretudo um efeito de intervenção no interior do espaço escolar. Concebido como uma função transversal que atravessa fronteiras

disciplinares, ele se dissemina por todo o campo pedagógico e funciona de forma a expandir seus efeitos em domínios dos mais heterogêneos. Os PCNs incitam a escola por meio de práticas pedagógicas diversas a construir e mediar a relação do sujeito consigo mesmo.

De maneiras diversas, meninos e meninas exercem formas de controle uns sobre os outros, bem como escapam e resistem ao poder, dão sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e sonhos.

O professor de Educação Física está mais próximo dos alunos. Na ginástica, incentiva-os a saltar, a quebrar recordes, pega-lhes as mãos, auscultar as batidas do coração, aperta os braços, as coxas, o peito, dá apoio para o salto, vibra e os abraça na vitória.

No vestiário, vê-os nus, tomando banho juntos, conversa sobre os assuntos mais íntimos, à vontade, sem censuras; em certos exercícios o contato físico é total: mãos com mãos, pés com pés, impulso para o salto; no jogo, a vibração, a linguagem solta, as gírias esportivas, o palavrão, tudo diante do professor, técnico ou árbitro.

Após o jogo, em roda, a discussão dos lances, dos melhores em campo, as falhas, as estratégias, parece uma família reunida traçando planos, analisando o desempenho.

Na área dos chuveiros e sanitários comuns, a ereção, a masturbação, o homossexualismo, a poluição noturna, as diferenças e semelhanças físicas e sexuais, a higiene pessoal, as drogas, o cuidado nos banheiros públicos, o uso de preservativos, a auto-afirmação pelo sexo e outros temas aparecem, são comentados e o professor aí está para direcionar, dar sua opinião, corrigir distorções, sem a preocupação de impor-se ou impor suas idéias, mas como um homem entre outros homens.

Assim, a quadra, a sala dos aparelhos de ginástica, os sanitários e chuveiros constituem-se em espaço privilegiado para estudo e prática da convivência, do diálogo, das confidências, das perguntas e da conversa que flui naturalmente, ao ouvir um palavrão, ao ver um gesto esquisito, algo estranho no corpo do outro, a magreza, a obesidade.

Como em um laboratório, o professor de Educação Física pode observar, perguntar, sugerir, comentar, aconselhar, desenvolver uma preleção sobre os mais variados aspectos orgânicos, sexuais, posturais e interativos. Nesse

ambiente, ele é um homem igual aos outros, do mesmo time, que se prepara, se esforça, dá tudo de si para vencer a batalha na quadra de esportes e da vida. Mais que teorias, sua palavra e exemplos são práticos, vivenciados lado a lado com o aluno, o que lhe dá credibilidade e confiabilidade de que os alunos o compreendem e procurarão colocar em prática tais lições.

O mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, às meninas. Nas aulas mistas, menino e meninas se observam, percebem as diferenças, cabendo ao professor ou professora criar um clima de amizade, respeito e aceitação para que os problemas sejam expostos, dúvidas sejam esclarecidas e se perceba a complementaridade dos sexos, a beleza e possibilidade da convivência e o apoio mútuo na realização dos papéis próprios de cada gênero.

A proximidade física, o diálogo, a observação podem apontar problemas, prevenir complicações, ajudar alunos e alunas a encararem com consciência e responsabilidade seus relacionamentos, darem com firmeza os primeiros passos em direção ao outro e perceberem que têm no professor um parceiro, confidente e conselheiro competente e disposto a ajudar.

Em uma visão interdisciplinar, o professor de Educação Física pode, informalmente ou em reuniões pedagógicas, comunicar ou comentar o que observa nos alunos para que outros professores entendam certos tiques, manias, tendências, posturas e dificuldades de seus alunos.

3.6 A Educação Sexual na LDB

Segundo a LDB 939496, artigo 2º,

a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O objetivo principal da educação é a construção da cidadania, o que não se alcança quando se trabalham apenas conteúdos tradicionais, relegando a segundo plano o debate sobre a sexualidade humana. Tanto a LDB /96 como os PCNs a consideram parte integrante da formação em todos os níveis de aprendizagem, devendo ser abordada de duas formas: a) dentro da programação,

por meio dos conteúdos, ou seja, transversalizados nas diferentes áreas do ensino; b) extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Não se trata de criar novos conteúdos e, sim, desvendar a dimensão da sexualidade nos conteúdos de cada disciplina.

Os blocos de conteúdos propostos para o Ensino Fundamental abrangem três eixos que devem nortear toda e qualquer intervenção do professor ao abordar o tema em sala de aula: a) o corpo: matriz da sexualidade, tratado como um todo integrado em suas funções biológicas, afetivas, perceptivas e de relação social; b) as relações de gênero, no sentido das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos; c) Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, com ênfase na prevenção e na saúde, a fim de não vincular a sexualidade à doença ou à morte.

Esses conteúdos podem e devem ser flexíveis, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma, a cada momento. O professor pode abordar temas trazidos pelas crianças; como ponto de partida do trabalho.

O documento propõe a relevância sociocultural como critério de seleção dos conteúdos. Os professores devem levar em consideração as dimensões biológicas, culturais, psíquicas e sociais, pois, como construção humana, a sociedade está marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressados com singularidade em cada sujeito.

Nesse sentido, a Orientação Sexual visa preencher lacunas, proporcionando aos alunos informações científicas atualizadas, dando-lhes a oportunidade de formar opinião, desenvolvendo atitudes coerentes com os valores que elegerem, ampliando os conhecimentos a respeito da sexualidade humana, combatendo tabus, preconceitos, abrindo espaços para discussões de emoções e valores, elementos fundamentais para a formação de indivíduos responsáveis e conscientes.

A Orientação Sexual pode ser desenvolvida desde a alfabetização e ao longo de toda a seriação escolar. Não existe uma faixa etária pré-determinada para esse trabalho, pois as manifestações da sexualidade ocorrem muito cedo e são inerentes ao desenvolvimento humano. Suas expressões mais frequentes acontecem com carícias no próprio corpo, curiosidades sobre o corpo do outro, brincadeiras com colegas, piadas, entre outras. Assim, é necessário que a escola,

como instituição educacional, posicione-se claramente sobre as referências e limites com os quais deve trabalhar as expressões da sexualidade da criança.

Não é necessário despejar um caminhão de informações à criança, porém, o que não pode ser justo é não satisfazer suas curiosidades com franqueza à medida que elas forem surgindo. É importante conversar com as crianças numa linguagem que elas dominem e que possam entender.(...) Enfim, é necessário ter respeito à sexualidade infantil, o que significa respeitar a criança como um ser humano completo em capacidade de amar. (NUNES; SILVA, *ibid*, p. 51-52)

Segundo pesquisas em Educação e Ciências Naturais, as principais questões que as crianças das séries iniciais (1º e 2º ciclos) trazem para a escola giram em torno do relacionamento sexual, das transformações do corpo durante a puberdade, gravidez e parto.

Segundo os PCN's, crianças e jovens precisam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, pautando-se pelo respeito por si e pelo próximo.

A Orientação Sexual, como tema transversal proposto pelos PCN's, deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, cujo objetivo é transmitir informações, problematizar questões e ampliar o leque de conhecimentos e opções referentes à sexualidade, incluindo posturas, ideologias, crenças e tabus, propiciando debates e discussões a ela relacionadas, para que o próprio aluno escolha seu caminho.

Os PCNs incitam a escola a adotar práticas pedagógicas que visem formar sujeitos conscientes de seus compromissos éticos para consigo mesmos e para com a sociedade, o que envolve respeito à saúde, ao meio ambiente, à sexualidade, etc.

3.7 Orientação sexual como tema transversal

A proposta dos Parâmetros é que a orientação oferecida pela escola envolva as informações e eventos transmitidos pela mídia, família e sociedade.

Informação e formação devem caminhar de mãos dadas, quando se abordam questões de impacto na sociedade. A educação deve visar à formação do

senso crítico, por meio do trabalho em equipe e participação ativa no processo ensino-aprendizagem. Assim, tanto as aulas de produção de texto como as de leitura devem tratar sobre o mundo que cerca os adolescentes. Textos alheios ao cotidiano ou puramente informativos dificilmente despertam o interesse do aluno.

A orientação sexual, como tema transversal (BRASIL, 1998), exige um trabalho integrado de diversos professores, não como conteúdo específico de uma única disciplina em um único ano escolar.

Transversalidade significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos da orientação sexual sejam contemplados por diversas áreas do conhecimento. Cada área tratará da temática da sexualidade por uma proposta de trabalho articulada com a das outras áreas.

A Orientação Sexual, segundo os PCNs,

constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho (BRASIL, 1997, p. 21).

Na visão de Araújo (1999), há três formas de relação entre os conteúdos tradicionais e os transversais:

1 intrínseca, ou seja, não há distinções claras entre conteúdos tradicionais e transversais;

2 pontual, por módulos ou projetos específicos, com os quais os professores de diferentes áreas abririam espaço para algum tema transversal em sala de aula, e

3 interdisciplinar, integrando os conteúdos tradicionais com os temas transversais.

4 A PESQUISA DE CAMPO

4.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, utilizando o questionário, a entrevista e a observação participante como instrumentos de coleta de dados. Conforme Gil (2002),

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como, o questionário e a observação sistemática (p.42)

Na pesquisa de campo, participando do dia-a-dia da escola, procurou-se conhecer as representações de professores e alunos sobre a temática da Educação Sexual, deixando-os à vontade para expressarem seus pontos de vista, sem críticas, avaliações ou limitações. O que importava saber era o que entendiam por educação sexual, como e por quem deveria ser ministrada.

Na entrevista, os professores tiveram toda liberdade para expor seus pontos de vista, sugestões e críticas e, mesmo, relatar fatos de sua vida e práxis pedagógica, que em muito contribuíram para ilustrar a temática aos alunos. O questionário também abria oportunidade de falarem livremente sobre o assunto, o que em muito enriqueceu a visão da pesquisadora sobre a temática.

Segundo Steffan (1999)

A função de uma pesquisa de campo consiste em coletar informação verídica e pertinente sobre um fenômeno social, em geral, um grupo de pessoas, mediante a aplicação de um questionário (p.181)

Tomamos como sujeitos desta pesquisa, dois grupos distintos: um formado por 25 (vinte e cinco) alunos de ambos os sexos, freqüentando a 4ª ano do ensino fundamental, e outro grupo formado por 19 (dezenove) professores de ambos os sexos de diferentes disciplina que lecionam na escola de Ensino Fundamental do Município de Assis/SP.

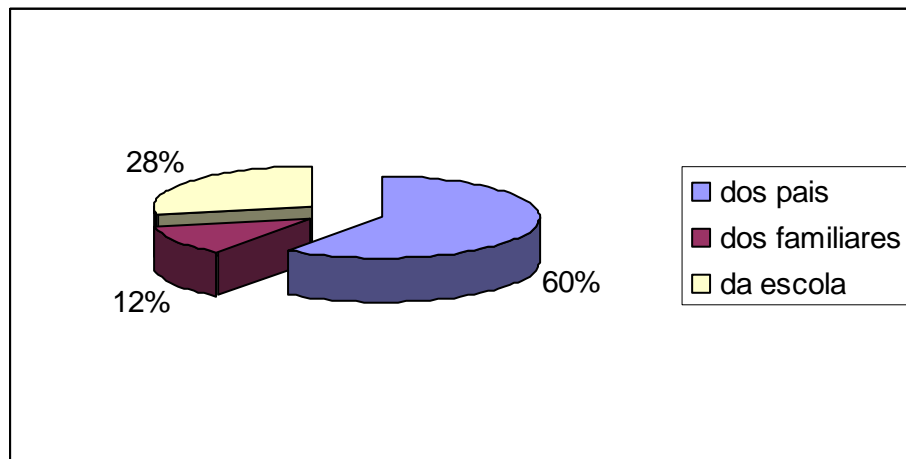
A escolha da escola deu-se por estar acostumada a ministrar palestras de educação sexual por convite da direção, como também conhecer a realidade dos professores e alunos.

Por um termo de Consentimento Livre e Informado (Anexo) os professores se dispuseram a colaborar com a pesquisadora, respondendo ao questionário e às questões propostas na entrevista.

4.2 Os dados da pesquisa

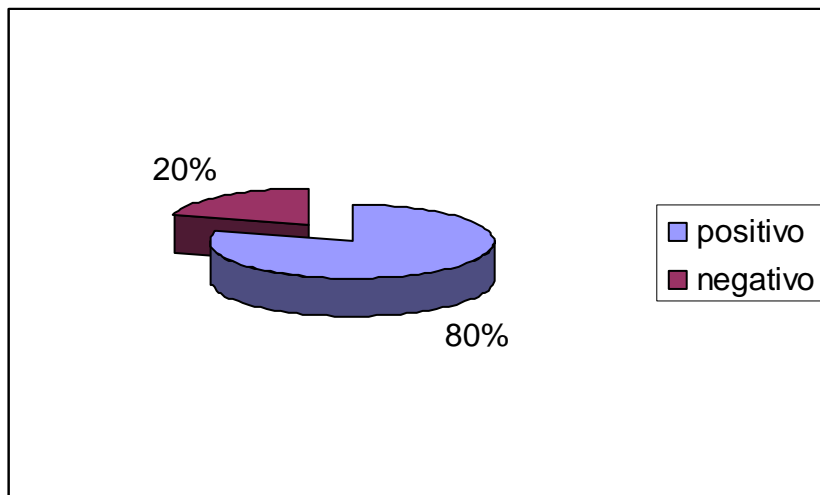
4.2.1 Questionário para os alunos

1 A quem cabe a missão da orientação sexual?



Pode-se observar que dos sujeitos entrevistados, 60% (sessenta) acredita que a missão cabe aos pais. Os pais, por direito e por dever, são os primeiros educadores e deles não se pode retirar esse direito sem atentar para os valores éticos e morais defendidos pela instituição familiar. Muitos pais, por motivos vários (desinformação, inibição e por se sentirem envergonhados), têm dificuldades de orientar seus filhos quanto à educação sexual, 20% (vinte por cento) dos entrevistados acham que a tarefa é da escola, visto que para muitos pais, a sexualidade é abolida, relegada e marginalizada, é um assunto que não é comentado dentro de casa, pois, os mesmos têm dificuldade em falar do assunto, seja por desconhecimento ou por terem tido uma educação onde nada podia ser perguntado, 12% (doze por cento) dos sujeitos acham que a obrigação é da família em geral. Conclui-se que cada família tem o direito de escolher um modelo de educação, porém é fundamental que haja coerência no comportamento e no estilo de vida adotados. A família é a entidade educativa mais importante da sociedade onde as crianças, adolescentes e jovens se espelham e desenvolvem critérios essenciais para viver. Os pais devem integrar harmoniosamente a tarefa de educar sexualmente os seus filhos

2 Qual seu ponto de vista sobre a educação sexual nas escolas ?

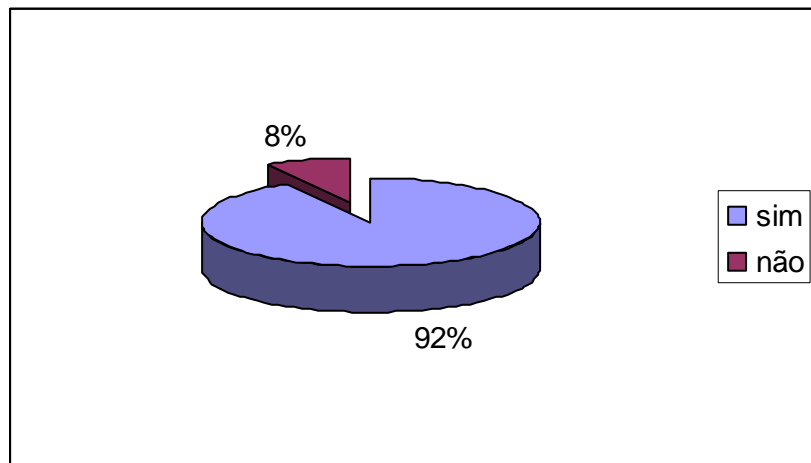


Dos sujeitos entrevistados, observa-se que 80%(oitenta por cento) dos alunos entrevistados acreditam que a orientação sexual é positiva nas escolas, até conversam em casa com os pais sobre sexualidade, mas não ficam muito a vontade para perguntar ao mesmo tempo dizem que acham que os pais ficam envergonhados ao abordar o assunto, 20% (vinte por cento) dos sujeitos entrevistados acham negativo a orientação sexual na escola, preferem tê-la em casa, através de livros ou mesmo amigos, sentem-se constrangidos de falar sobre o assunto perto de todos os amigos.

O objetivo da educação sexual na escola consiste em colocar professores com um preparo adequado e desempenhar de forma significativa seu papel, ajudando os alunos a superarem suas dúvidas, ansiedades, angústias, pois a criança chega na escola com todo tipo de falta de informação e geralmente com uma atitude negativa em relação ao sexo. As dúvidas, as crendices e posições negativas serão transmitidas aos colegas.

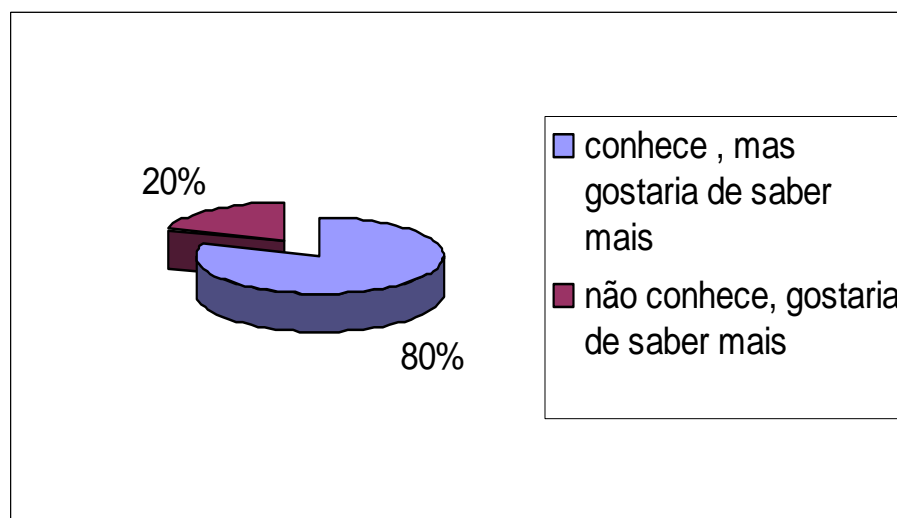
É necessário que possamos como professores, ajudar o aluno a superar a timidez e se abrir no ambiente escolar, já que não consegue realizá-lo em casa.

3 Você tem algum conhecimento sobre este assunto?



Dos alunos entrevistados 92% (noventa e dois por cento) afirmam que já tiveram orientação sexual na escola e em casa, como também com amigos e 8% (oito por cento) dizem que nunca tiveram conhecimento do assunto orientação sexual em casa. Verifica-se que a orientação sexual não significa apenas passar informações sobre sexo. Significa também o contato pessoa / pessoa, transmissão de valores, atitudes, comportamentos. É importante observar a necessidade dos alunos em tratar sobre a sexualidade, normalmente o que sabem é baseado em curiosidades de revistas e troca de informações com colegas, ou na leitura de livros que só traduz o biológico sem levar em conta respeito, sentimentos e emoções.

4 O que você entende por DST?

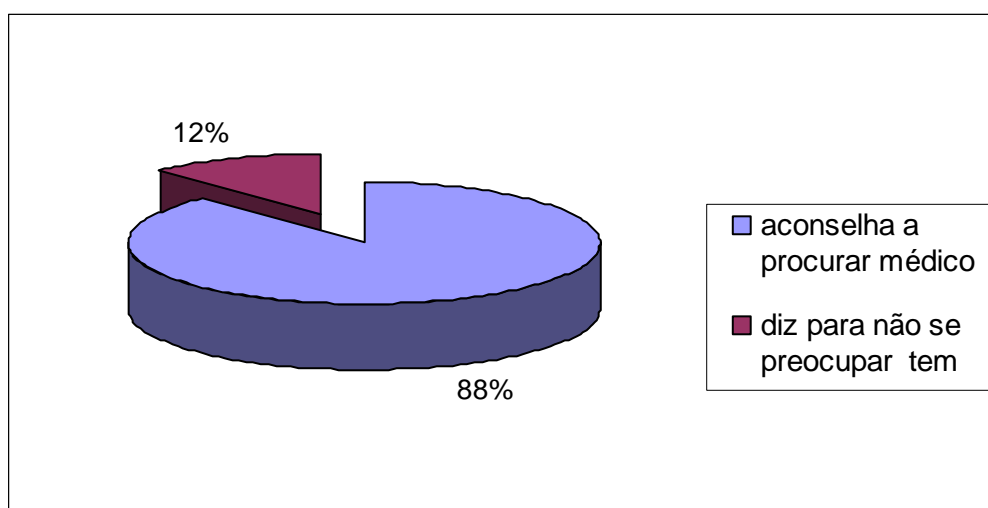


Ao perguntar aos entrevistados o que entendem por DST, 80% (oitenta por cento) dizem que tais doenças são transmitidas através do ato sexual com um parceiro contaminado, mas que gostariam de saber mais sobre o assunto, enquanto que 20% (vinte por cento) dizem que não conhecem sobre o assunto, mas que pretendem saber.

Observa-se que as Doenças Sexualmente Transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade são questões passíveis de serem abordadas em sala de aula, não se deve confundir intimidade com sexualidade. A intimidade faz parte da nossa sexualidade, mas falar sobre o assunto de forma genérica é muito importante e a única maneira que permite atuar preventivamente e evitar problemas sérios que possam advir do silêncio ou da vergonha de se tratar o assunto abertamente.

Não há receita nem idade certa para começar a falar sobre doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a Aids, que tanto espaço ocupa no noticiário. É fundamental usar o grau de compreensão da criança como referência, para não avançar por caminhos totalmente desconhecidos.

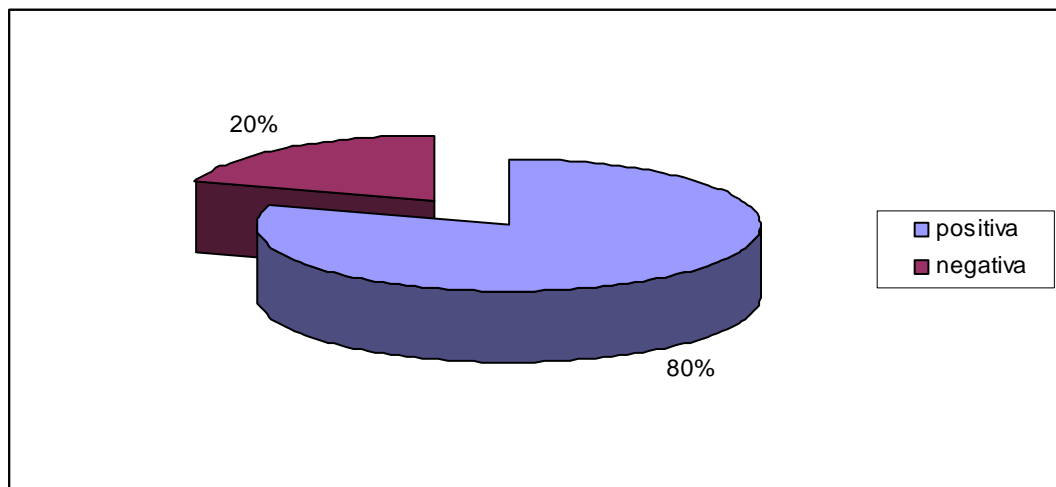
5 Se algum amigo lhe diz que está com DST, o que você faz?



Quando entrevistados, 88% (oitenta e oito por cento) dizem que se um amigo lhes dissesse que estava com DST, imediatamente aconselharia a procurar um médico para erradicar a doença e 12% (doze por cento) dizem que o amigo não se preocupe, pois a doença tem cura.

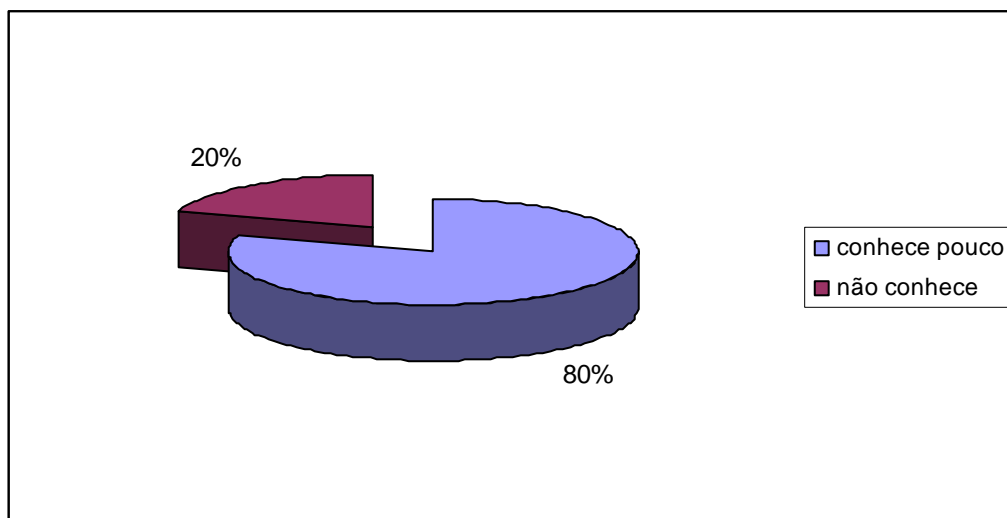
Verifica-se a necessidade de trabalhar com os alunos que desconhecem as doenças sexualmente transmissíveis pára que se cuidem e também para ter maiores informações a respeito do assunto.

6 Dê sua opinião sobre a exposição sexual nos meios de comunicação?



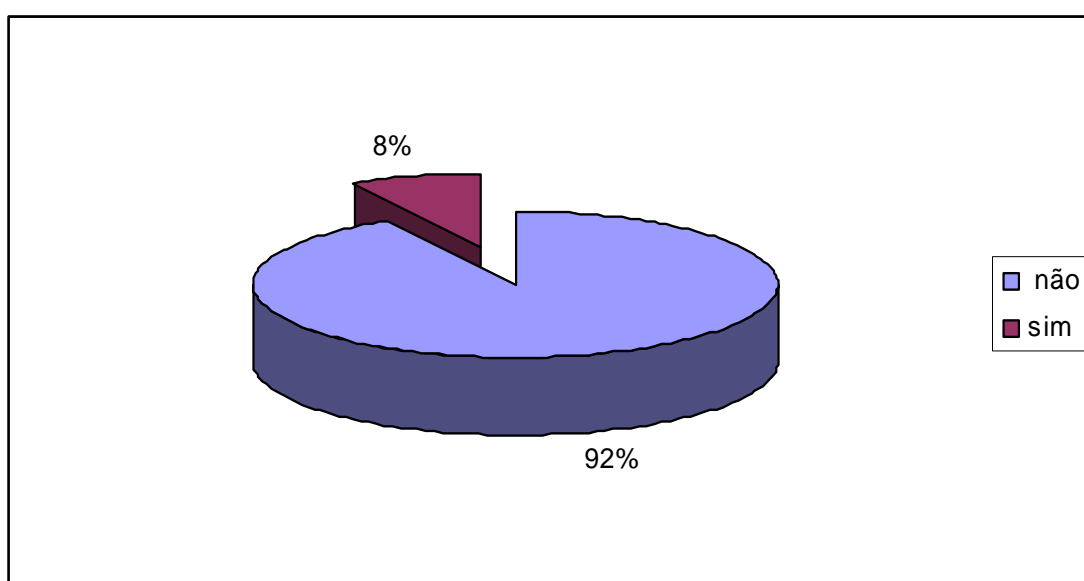
Dos 25 alunos entrevistados, verificou-se que 80% (oitenta por cento) vêem como positiva a divulgação da orientação sexual pelos meios de comunicação. Acrescentam que é importante que os meios de comunicação ajudem na superação dos obstáculos e dos preconceitos que ainda envolvem a abordagem dos temas discutidos. As mensagens publicitárias devem tratar o fato positivamente, relacionando sexo seguro com liberdade e segurança. 20% (vinte por cento) acham negativa, pois acham que as propagandas estimulam o sexo sem barreiras, a vida sexual intensa e ainda utilizam a liberação sexual como argumento de vendas.

7 Qual seu conhecimento sobre aids?



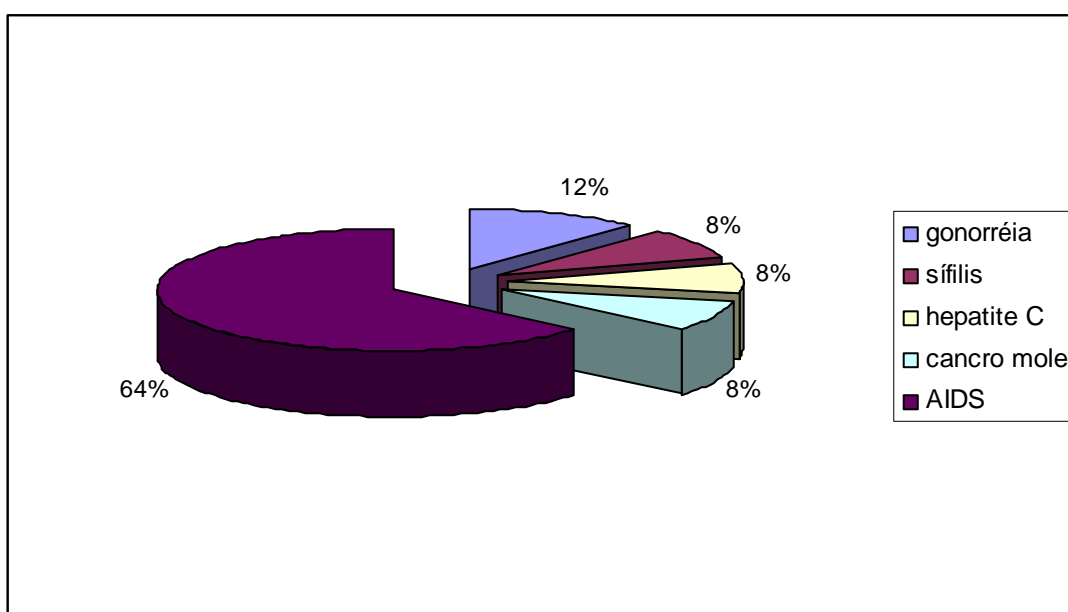
Foram entrevistados 25 alunos do ensino fundamental, séries diversas, destes 80% (oitenta por cento) dizem que conhecem muito pouco sobre a doença, mas que se pega através do ato sexual sem camisinha e 20% (vinte por cento) dos sujeitos dizem que não conhecem a AIDS. Recomenda-se aos jovens que procurem esclarecer suas dúvidas e resolver seus problemas a respeito da sexualidade e DST por meio de leituras, do diálogo com professores e pais e procurem participar ativamente das atividades educativas organizadas pela escola.

8 Você tem contato direto com alguém que tem aids?



Dos entrevistados, observou-se que 92% (noventa e dois) por cento dos sujeitos não tem contato com pessoas que têm AIDS e 8% (oito por cento) dizem conviver com pessoas com a doença. Aceitam bem a doença e ressaltam que gostariam de saber mais sobre a doença e como é adquirida e quais medidas tomar para evita-las, mesmo não tendo iniciado vida sexual.

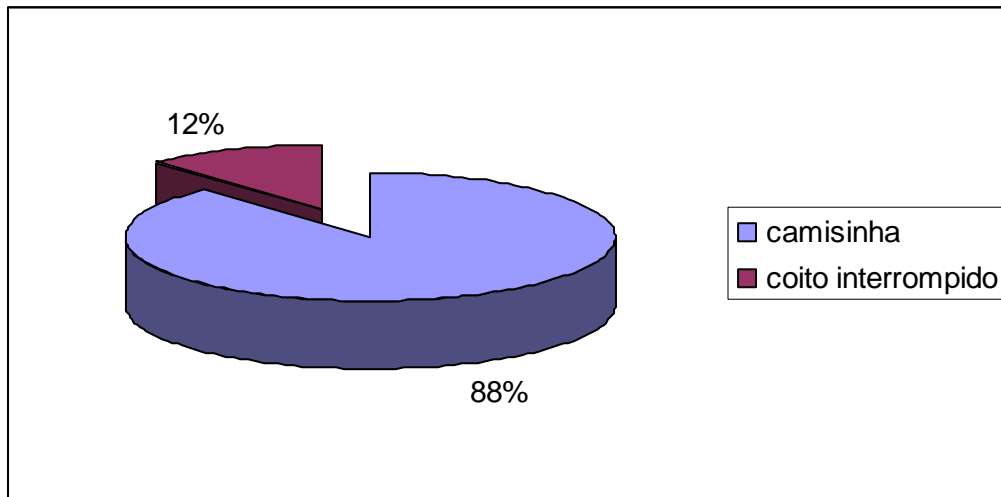
9 Assinale as doenças sexualmente transmissíveis que você conhece.



De acordo com os entrevistados, 64% (sessenta e quatro por cento) dizem que já ouviram e receberam informações sobre a AIDS, *HIV* - Vírus da Imunodeficiência Humana (sigla proveniente da denominação em inglês). É o responsável pela aids. Suas principais formas de transmissão são: sexual, sanguínea e vertical, isto é, da mãe para o filho durante a gestação, parto ou por aleitamento materno; 12% (doze por cento) dizem já ter ouvido falar sobre gonorréia, tanto a sífilis, hepatite C e Cancro mole 8% (oito por cento) disseram já ter ouvido falar, porém percebe que apesar de já ter ouvido falar não dão tanto importância, talvez pelo fato de desconhecer. aproveitou-se a oportunidade para esclarecer um pouco sobre as citadas doenças e que as DST de maior incidência e importância sanitária em nosso meio são a aids, a sífilis, a gonorréia, a clamidiose, os cancros e a infecção pelo papilomavírus. Assim como a infecção pelo HIV, outras doenças que

são transmissíveis sexualmente podem ser transmitidas também por outras vias, como é o caso do herpes, das hepatites e da sífilis;

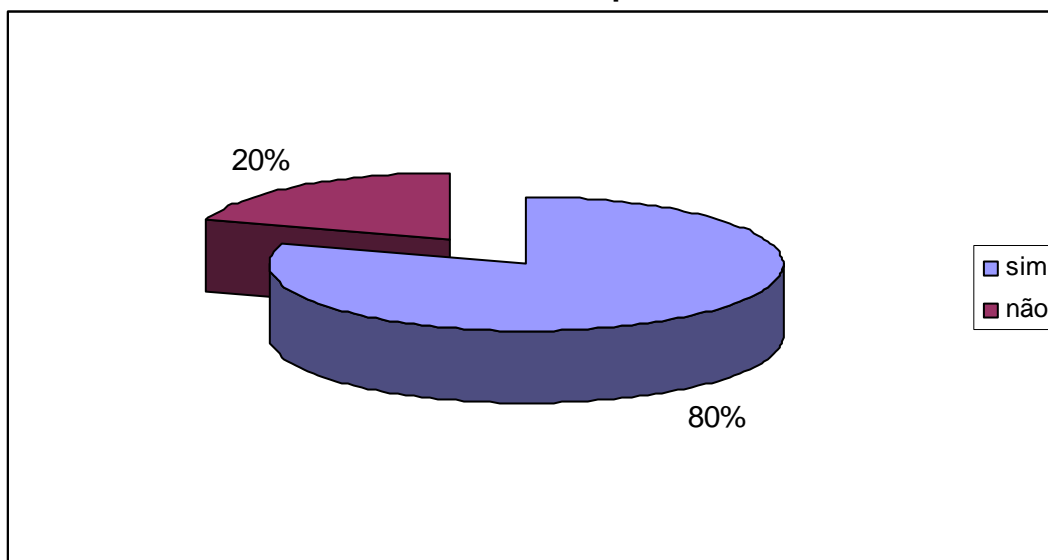
10 Quais os melhores métodos para prevenir a DST?|



Verificamos que 88% (oitenta e oito por cento) dos sujeitos possuem algum conhecimento a respeito dos meios de prevenção da AIDS, onde foram quase unânimes em citar a camisinha como meio preventivo, e apenas 12% (doze por cento) dizem que o coito interrompido é um dos métodos para evitar a transmissão das DSTs.

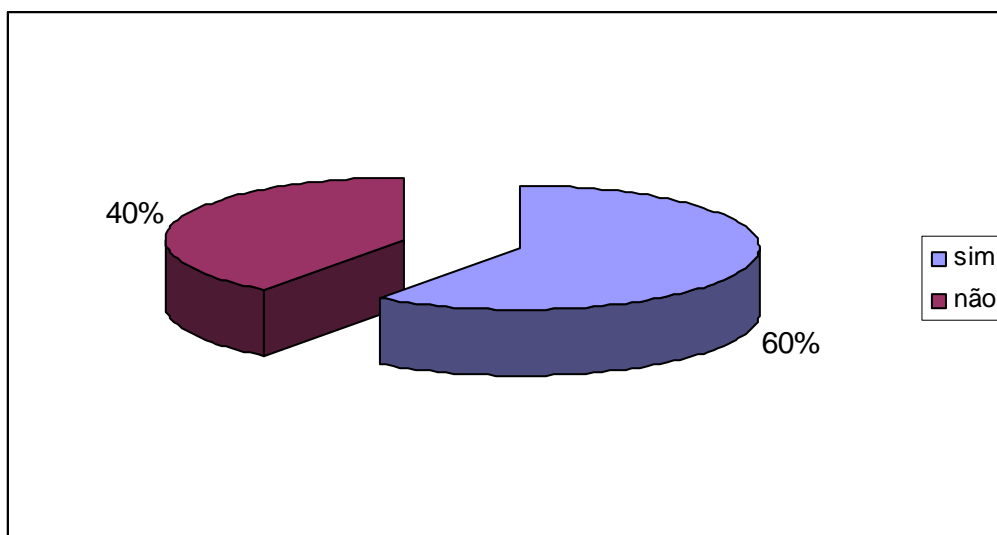
Sendo assim, o preservativo tem sido considerado o melhor método de barreira contra a transmissão sexual pelo HIV e segundo MONTAGNIER (1993), outros meios também são evidenciados para esta prevenção, como a redução do número de parceiros sexuais e a seleção dos mesmos, associando tudo isto ao uso constante de preservativo para aumentar o nível de segurança.

11 Você conversa sobre sexo com seus professores?



Dos 80% (oitenta por cento) dos entrevistados dizem que conversam sobre sexo com os professores, no sentido de tirarem dúvidas, sentem-se mais seguros para conversar com eles pois alguns professores os ouvem na busca de orientar de maneira saudável contribuindo positivamente para o exercício da sexualidade sem preconceito, 20% (vinte por cento) dizem que não conversam, preferem conversar em casa ou com amigos, não se sentem a vontade de conversar sobre sexo com estranhos.

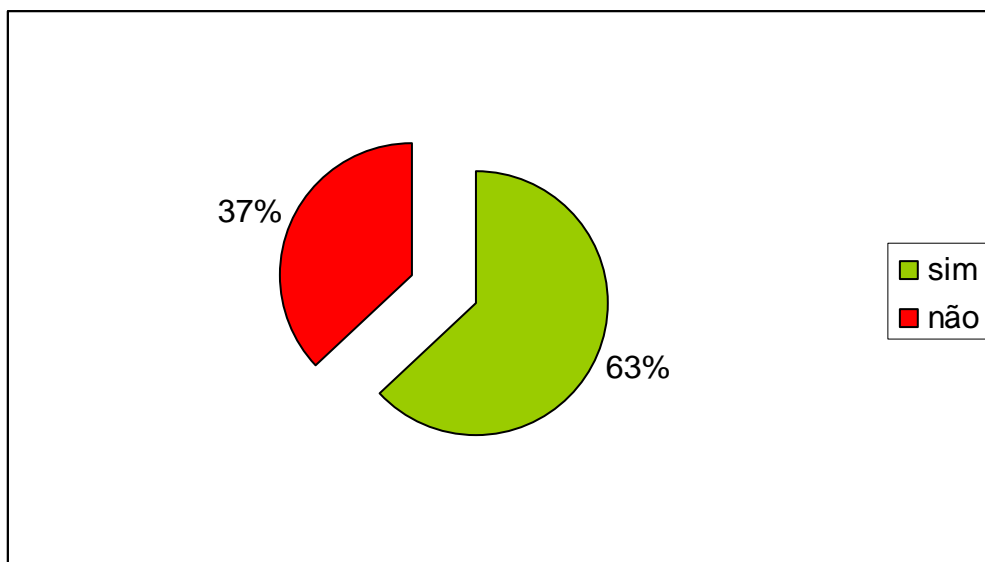
12 Na escola há aulas de Orientação Sexual, ou outra forma de informar aos alunos sobre sexualidade?



Dos entrevistados, 60% (sessenta por cento) dizem que possuem aula de Educação Sexual quinzenalmente na escola e de vez em quando acontecem algumas palestras com profissionais de outros estabelecimentos sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e Gravidez na Adolescência e 20% (vinte por cento) dizem que não tem contato com a disciplina.

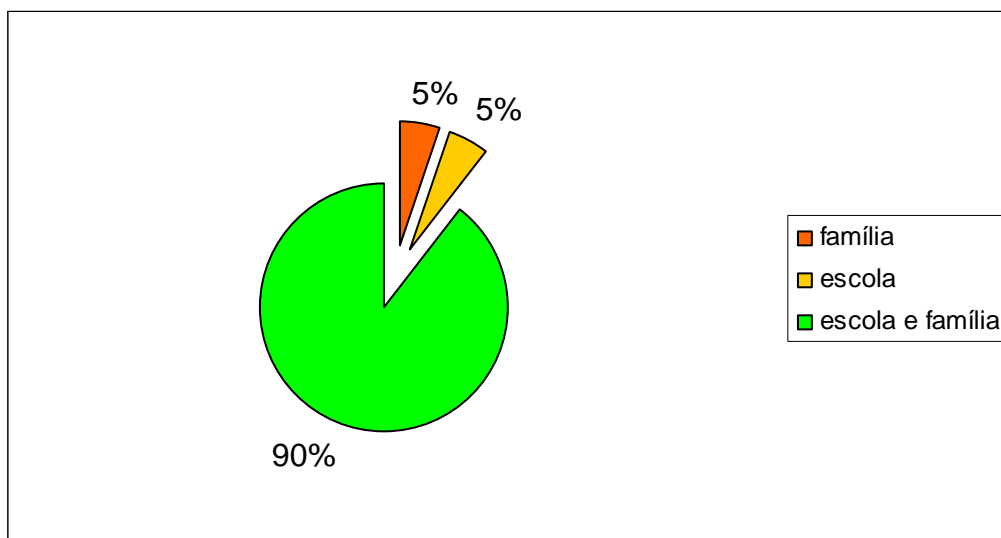
4.2.2 Questionário para Professores

1 Há algum tipo de educação sexual em sua escola?



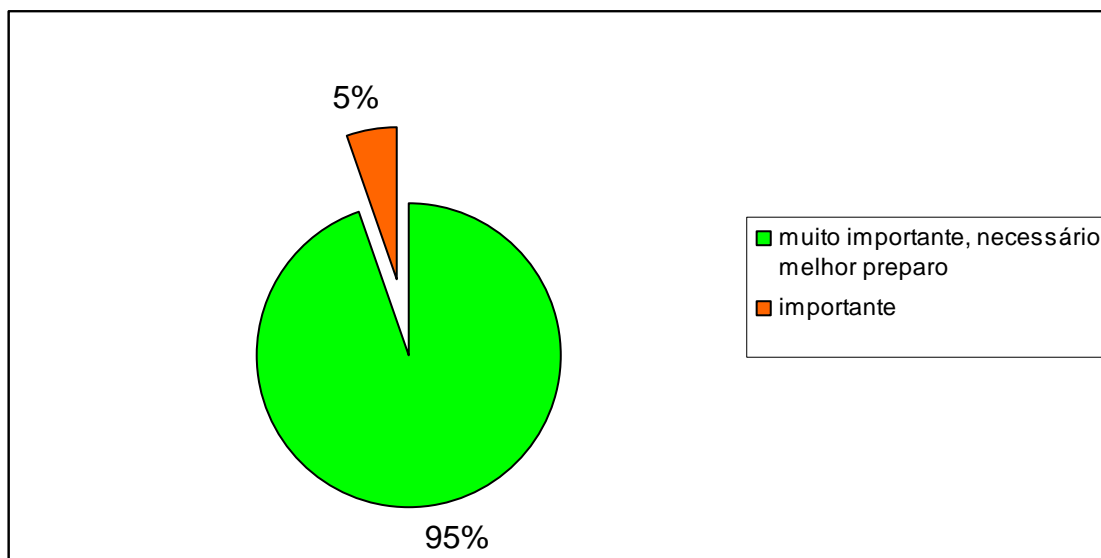
Dos professores entrevistados, 63% (sessenta e três por cento) dizem que existem programas de educação sexual para os alunos. Mensalmente convidam médicos e enfermeiros para abordar o assunto e tirar dúvidas dos alunos, também afirmam que a Orientação Sexual é trabalhada por meio da transversalidade, ou seja, dos temas transversais na sala de aula, 37% (trinta e sete por cento) dizem que a orientação sexual não é tratada na escola da forma correta, pois é um assunto que deve ser trabalhado como educação permanente, ou seja, tratado rotineiramente de forma a fazer com que os alunos reflitam e se sensibilizem com o tema.

2 A quem cabe a missão da orientação sexual?



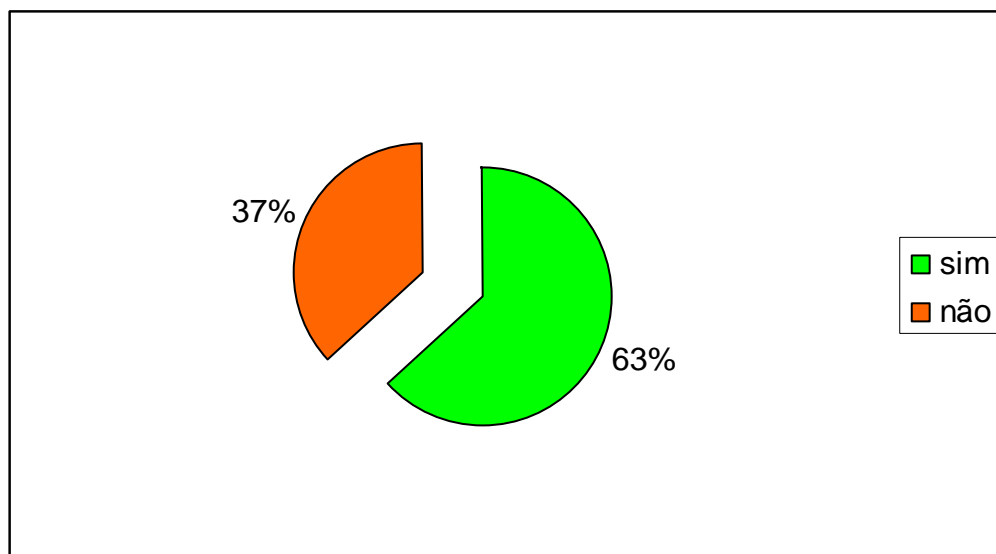
Ao perguntar a quem cabe a missão da orientação sexual da criança 90% (noventa por cento) dos entrevistados dizem ser responsabilidade tanto da escola como da família. A Orientação Sexual é um processo formal e sistemático que se propõe a preencher lacunas de informações, erradicar tabus, preconceitos e abrir discussões sobre as emoções e valores que impedem o uso dos conhecimentos na área da sexualidade e isso só é possível com a parceria entre escola e família. Cinco por cento (5%) dos entrevistados dizem que orientação sexual deve ser dada em casa, a escola só aprimorará os conhecimentos, outros 5% (cinco por cento) dizem que a obrigação é da escola, pois ela está preparada para responder e tratar das dúvidas encontrada pelos alunos.

3 Qual seu ponto de vista sobre a educação sexual nas escolas ?



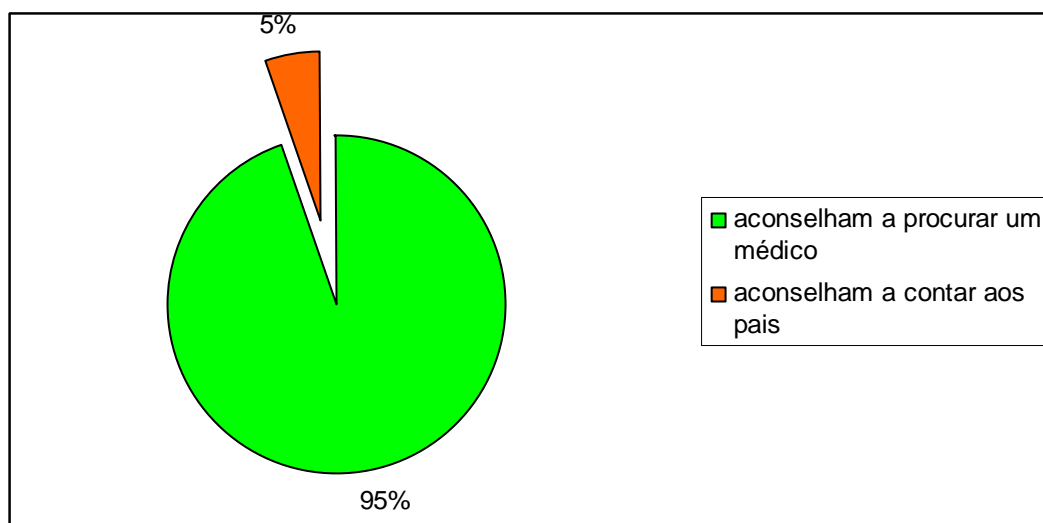
Dos sujeitos entrevistados 95% (noventa e cinco por cento) dizem que a orientação sexual é muito importante nas escolas, no entanto, é muito necessário que os professores estejam melhor preparados, pois esta orientação não se limita apenas a uma mera informação reprodutiva ou preventiva, pois a sexualidade tem uma dimensão histórica, cultural, ética e política que abrange todo o ser: corpo e espírito, razão e emoção, podendo se expressar de diversas formas: carícias, beijos, abraços, olhares. Assim, ela abrange o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações de gênero, relações interpessoais, afetivas, imagem corporal e auto-estima. O trabalho de Orientação Sexual, portanto, se propõe a ampliar, diversificar e aprofundar a visão sobre a sexualidade, abordando os diferentes pontos de vista existentes na sociedade, incluindo as práticas sexuais ligadas ao afeto, ao prazer, ao respeito e à própria sexualidade. 5% (cinco por cento) dos entrevistados dizem ser importante tratar do assunto, mas não se justificam.

4 Você recebeu treinamento para tratar sobre este assunto com os alunos?



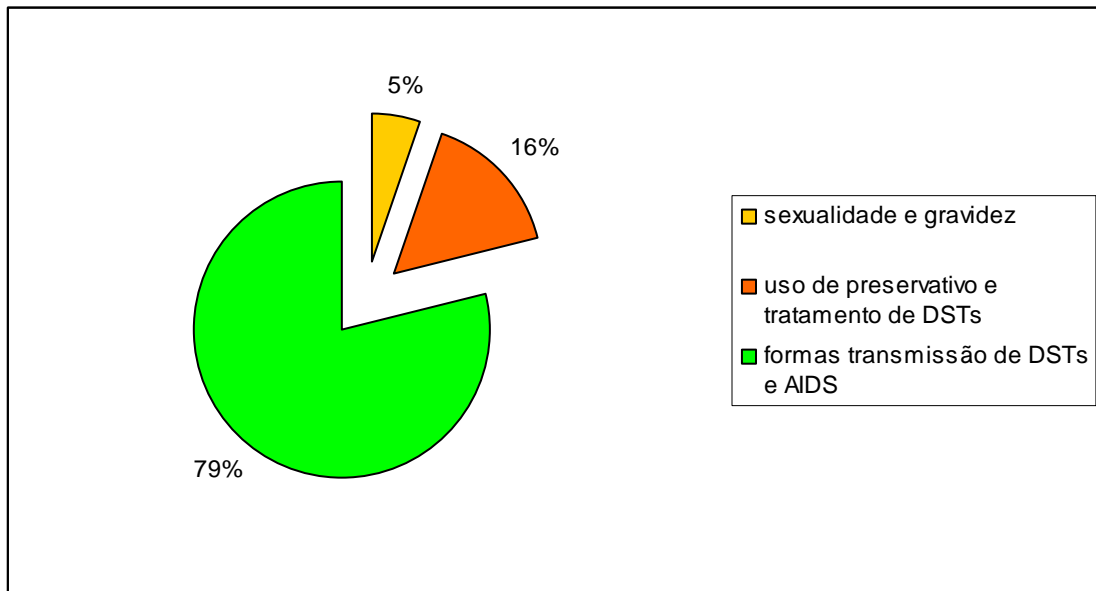
Dos sujeitos entrevistados 63% (sessenta e três por cento) dizem ter recebido treinamento para a orientação sexual em sala de aula, mas tem dificuldade ao abordar a Orientação Sexual na escola e que uma das dificuldades encontradas por estes ao abordar tal temática é a incompreensão dos pais sobre o assunto tema, também apontam o despreparo, pois o assunto é delicado, e estes não estão preparados para tal. Contudo, 37% (trinta e sete por cento) revelam a falta de conhecimento sobre o assunto é um dos fatores que contribuem para a não abordagem deste . É importante ressaltar que a formação apenas não basta, é preciso acima de tudo, que a iniciativa de se abordar a sexualidade na escola, parta do próprio educador, pois não adiante este ter uma formação adequada, fazer inúmeros cursos, se não se sente à vontade para discutir o assunto.

5 Se um aluno, filho ou amigo lhe dizer que está com DST, o que você faz?



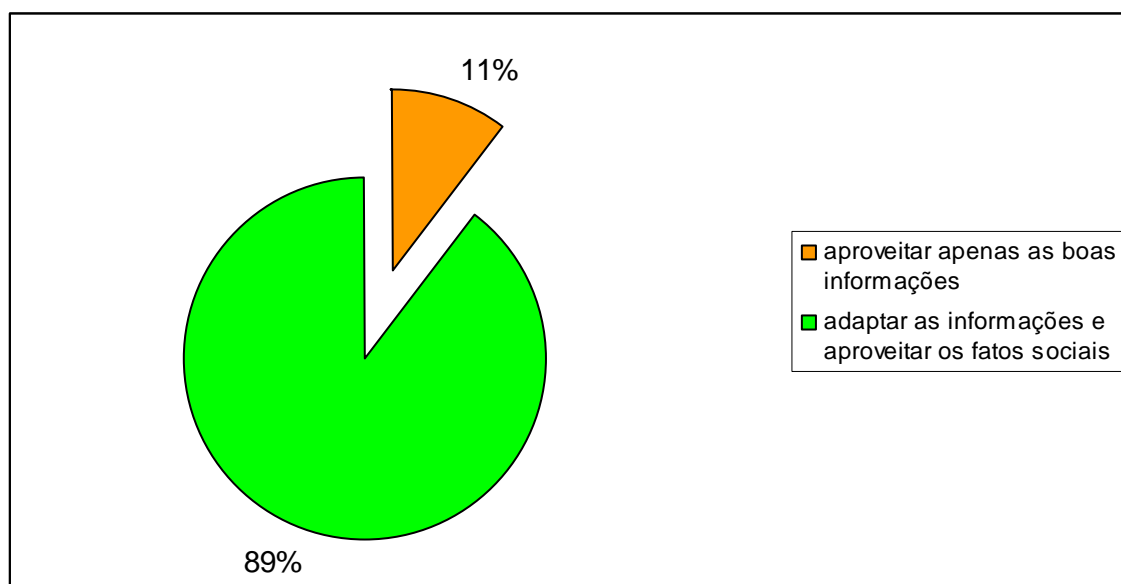
Dos professores investigados, 95% (noventa e cinco por cento) dizem que se fosse abordados, aconselharia a procura imediata de um médico como também procuraria conversar com ele e mostrar-se disponível para ajuda-lo a superar tal problema. 5% (cinco por cento) dos professores entrevistados disseram que o aconselharia imediatamente a procurar os pais e dividirem o problema com eles, para que juntos procurassem ajuda.

6 Quais os temas fundamentais a serem abordados sobre orientação sexual?



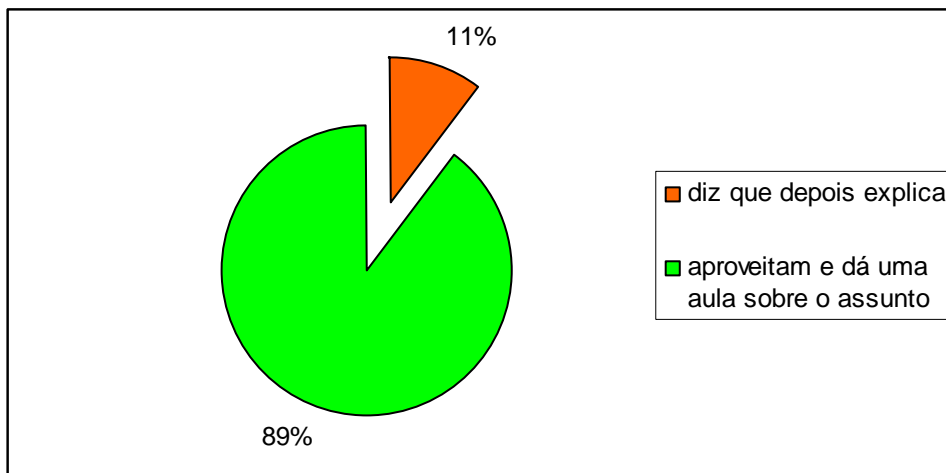
Dos sujeitos investigados, verificou-se que 79% (setenta e nove por cento) dizem que deveria ser abordado as formas de transmissão de DSTs e AIDS, 16% (dezesseis por cento) acham que deveria falar sobre o uso de preservativo e tratamento das DSTs e 5% (cinco por cento) acham que deve ser visto sobre sexualidade e gravidez na adolescência. Todos os entrevistados mostram a necessidade de levar-se em conta a idade do educando e o grau de conhecimento deste, pois as questões devem ser abordadas dentro do grau de interesse e das possibilidades de compreensão própria para cada idade.

7 O sexo é cada vez mais explorado pela mídia e pela sociedade. O que devemos fazer ?



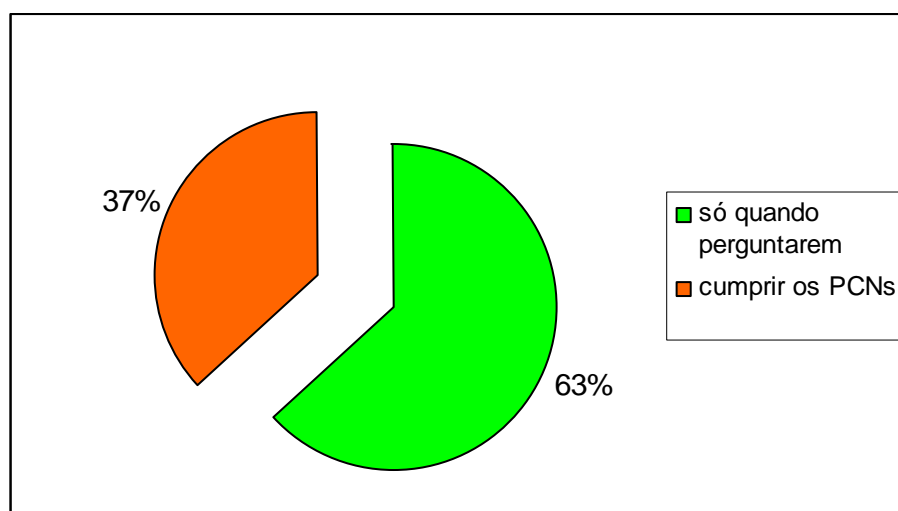
Os sujeitos entrevistados correspondendo a 89% (oitenta e nove por cento) dizem que os meios de comunicação de massa através das propagandas e comerciais, mensagens educativas destinadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ao uso de drogas veiculam informações que podem ser adaptadas e trabalhadas em sala de aula para que o aluno reflita sobre o mal que elas causam. Acreditam que essas mensagens educativas devem estar mais próximas de nossas crianças, adolescentes e jovens. Nada mais oportuno, portanto, que o material que eles lidam, cotidianamente, contenha informações adequadas a sua faixa etária para o real esclarecimento de como evitar e se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis e do uso de drogas, que tantos males têm trazido a nossa sociedade. Contudo 11% (onze por cento) acreditam que apenas as informações boas deverão ser aproveitadas, ou seja, mensagens educativas destinadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e ao uso de drogas, que deverão ser ilustradas nas contracapa de livros e cadernos escolares, como forma de contribuir para que a escola se torne, também uma instância social na luta contra esses malefícios que atingem grande parte da juventude brasileira.

8 O aluno chega falando que um de seus familiares tem aids. O que você faz ?



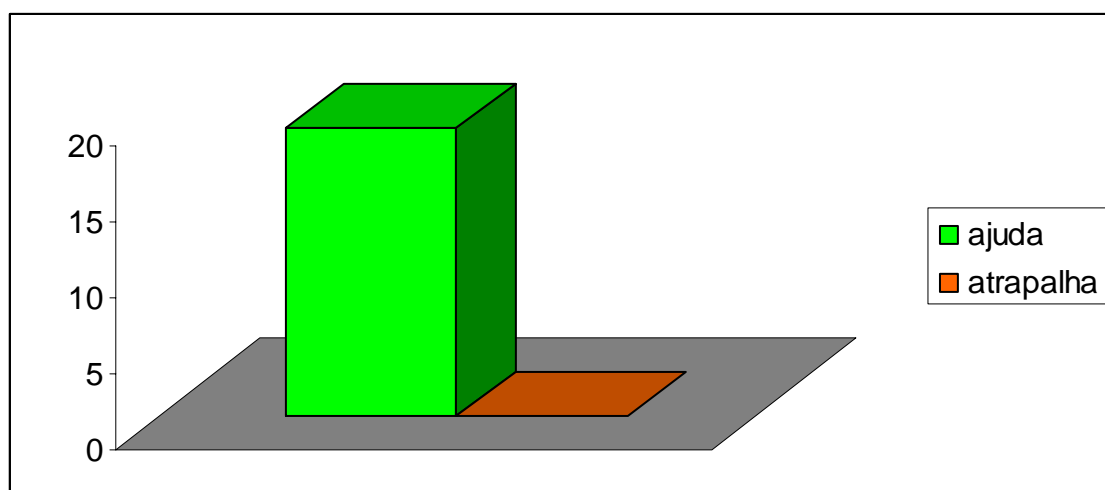
Dos professores entrevistados 89% (oitenta e nove por cento) dizem que aproveitariam a oportunidade da afirmação e dariam uma aula sobre o assunto, abordando o tema utilizando linguagem acessível à faixa etária das crianças, para que estas possam entender o conteúdo transmitido. Quanto às dúvidas, estas seriam esclarecidas com simplicidade, de forma direta e 11% (onze por cento) dizem que esperariam acabar a aula e depois conversariam a sós com o aluno procurando acalmá-lo e orientá-lo sobre a doença.

9 Quando incluir a orientação sexual ?



Dos entrevistados, 63% (sessenta e três por cento) dizem que só abordam o tema para cumprir os PCN's. Os PCN's mostram que o trabalho de Orientação Sexual pode ser desenvolvido desde quando a criança entra na escola, ou melhor, desde a alfabetização e se desenvolve ao longo de toda a seriação escolar. É necessário que a escola, enquanto instituição educacional, posicione-se clara e consciente sobre as referências e limites com os quais deve trabalhar as expressões da sexualidade da criança. A proposta defendida pelos PCN's para o Ensino Fundamental visa contribuir para que crianças e jovens possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, visando à promoção do bem-estar sexual, pautando-se sempre pelo respeito por si e pelo próximo, buscando garantir a todos direitos básicos, como: saúde, informações e conhecimento, elementos indispensáveis na formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades e 37% (trinta e sete por cento) dizem que só abordam o assunto quando perguntados.

10 A orientação ajuda ou atrapalha ? Por quê?



Como pode-se observar 100% (cem por cento) dos professores investigados dizem que a orientação sexual na escola ajuda, ou seja, se propõe a ampliar, diversificar e aprofundar a visão sobre a sexualidade, transmitindo à criança e aos adolescentes informações biológicas, corretas sobre a sua sexualidade incluindo o conceito, as praticas sexuais ligadas ao afeto, ao prazer, ao respeito e à responsabilidade. É desejável que a Orientação Sexual aborde a sexualidade dentro

de um enfoque sociocultural, ampliando a visão do estudante e ajudando no aprofundamento e na reflexão sobre seus próprios valores.

4.3 Análise dos dados

Quanto aos alunos, a maioria (95%) tem conhecimento do assunto, mas gostaria de conhecer ainda mais. Julgam importante a orientação sexual na escola, conversam sobre sexo com os professores e acreditam que o melhor meio de evitar as DSTs é a camisinha, o que talvez se deva às freqüentes campanhas na mídia para não esquecer esse preservativo.

Assim, em uma visão geral, parece que os alunos estão informados sobre a temática sexual. Nos jornais, revistas, televisão, conversas, pichações, bilhetinhos, Internet o sexo, implícito e explícito, sempre presente, afigura-se não mais constituir-se em tabu, embora continuem ocorrendo casos de contaminação e gravidez indesejada.

Embora a pesquisadora os deixasse à vontade, percebeu que os alunos ainda têm certa inibição, falam baixo, olham de soslaio, como para procurar saber se mais alguém pode ouvir. Parece que se fala de um assunto estranho, proibido ou, ao menos, inusitado. Alguns coram, falam baixo, gaguejam, como que perguntando à pesquisadora se podem falar mesmo tudo o que sabem e querem.

A escola não iniciará um trabalho inédito, com informações novas, pois os alunos, em sua maioria, já conhecem o sexo, seu uso e conseqüências. Cabe, porém, à escola mostrar a verdade, a beleza, a responsabilidade e o sentido da sexualidade e do amor, para que o aluno possa avaliar criticamente o modo como o sexo é apresentado nos meios de comunicação. A exploração sexual, a iniciação precoce, a pedofilia, o tráfico sexual, o meretrício e outras práticas questionáveis devem ser temas de debates para que o aluno se conscientize de que o respeito, a ética, a solidariedade e o compromisso devem permear todas as relações humanas.

A maioria conhece as doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a Aids, talvez pela divulgação e campanhas freqüentes em todas as

mídias. Entretanto, apesar de todo conhecimento, alguns ainda *entram bem*, como se expressou um aluno.

Um colega meu, legal, está mal. Sabe tudo sobre aids e essas doenças, mas vacilou. Ficou um tempão num grupo de risco, sabe, esses bichas, e disse que tomava todo cuidado. Isso já faz quatro anos. Agora, a coisa estourou. Tá com aids. A mãe chora o dia inteiro, perdeu o emprego, deixou a faculdade, qualquer friozinho e já fica com dor de cabeça, resfriado. Conseguiu um tempo uma vaga num grupo experimental lá no Hospital das Clínicas, recebia remédio de graça, esse tal de AZT, só que, agora, acabou a experiência, ele não tem dinheiro pra comprar o remédio e está piorando cada vez mais. Não dura muito. O pior é que ele dizia que sabia tudo, que aids ele não pegava. Pegou, não teve cuidado, agora está nessa situação.

No caso do uso de preservativos, uma discussão mais aprofundada pode apontar certa ambigüidade. Parece que, como veicula a mídia, tudo é permitido no campo sexual, desde que haja cuidado, não se esqueça o preservativo e os parceiros se aceitem reciprocamente, o que é uma visão no mínimo parcial, pois abre a porta para o sexo a qualquer preço, irresponsável e agressivo.

E aqui se observa o gritante paradoxo: considerando mídia que, por sugestões, insinuações e, mesmo, abertamente, propala a liberdade sexual, considerando tola aquele que não aproveita a ocasião, investe contra o estuprador e exige sua punição por ter cometido um crime hediondo, conforme o Código Penal brasileiro.

Como dizia Rousseau (1987) o homem é fruto do meio. O jovem vive cercado de imagens, revistas e jornais que incitam sua sexualidade. Raramente se fala em compromisso, responsabilidade, amor, respeito, diálogo. É o sexo pelo sexo, pelo qual todos querem levar vantagem, narrar suas façanhas *donjuanescas*. Parece senso comum aceitar a transa com qualquer mulher. Desde que não seja *minha mãe ou irmã*, não há nenhuma restrição quanto a ser a mãe ou irmã de outros, solteira ou casada não importa.

Nesse contexto, como não esperar que a violência sexual, o estupro, a exploração de menores e outras aberrações ocorram? O ar cheira a sexo, o machismo é exaltado em todos os momentos e a sociedade, hedonista e falsa, incentiva ao gozo do sexo, a qualquer preço, desde que se tome cuidado para evitar a doença, a gravidez e, em alguns casos, a publicidade.

Os alunos (100%) consideram positivas as informações e notícias a respeito de sexo pela mídia, o que parece um tanto curioso. Será que concordam

com o modo como essa temática é divulgada? Que revistas lêem? Será que percebem nos eventos e matérias a exaltação do sexo, a mulher como objeto de exploração sexual, as uniões exclusivamente com base em atributos físicos e materiais, como beleza, status social e econômico?

Um aluno lembrou que em muitos jornais e revistas há um Cantinho Sentimental em que psicólogos, médicos e outros profissionais respondem a questões sobre sexo, namoro, casamento, problemas da adolescência. A seu ver, essas orientações são válidas, equilibradas, liberais, sem preconceitos e ajudam muito os jovens em suas dúvidas e problemas.

Outro aluno lembrou que os jornais e revistas sensacionalistas, as novelas e as revistas só para homens ou só para mulheres, esses, sim, deturpam o sexo, colocam-no como o supremo valor, pregam liberdade total e são responsáveis pela onda de estupros que ocorrem em toda parte.

Os antigos poderiam errar por ignorância, com pouca informação sobre sexo. Os modernos têm todas as informações e continuam errando; doenças, gravidez precoce, descontrolo sexual, angústias e desesperos amorosos. Fica claro que a informação só não basta. É preciso formar o caráter, a personalidade, ensinar a conviver, a integrar todos os aspectos do ser humano, perceber a diferença entre o essencial e o secundário, conhecer os direitos e deveres do cidadão, entender que tudo, também o prazer, tem seu preço.

O aluno deseja discutir sexo com seus professores para sentir que estes também são humanos, sexuados, amam e querem ser amados, o que pode aproximá-los ainda mais, motivar a interação afetiva, tão importante para o processo ensino-aprendizagem.

Um modo de concretizar a interação professor –aluno é a percepção de que o professor não é apenas intelecto, repetidor de lições. Beijos, abraços, aperto de mão, procurar saber da vida, problemas, dificuldades e sucessos do aluno reforçam a visão do professor como *gente igual à gente*, o que facilita a confiança e desperta a confiança do aluno em seu professor.

O aluno tem que sentir o professor como ser humano, com amor e paixão, virtudes e defeitos, que namora, casa-se, tem filhos, tem desejos e sentimentos. Não como um ser distante, quase um semideus, que ele não sabe onde mora, o que faz fora da escola, que não pode sorrir nem falar de si para não

perder a autoridade. Tal visão e postura impedem a comunicação aberta, ampla, sincera, essencial para o debate sobre sexo.

É preciso superar o dualismo corpo-mente. O corpo é parte integrante do ser humano, sem ele a mente não funciona. Não existem órgãos belos e nobres e órgãos feios e vis. Tudo no homem é beleza, harmonia, interdependência. Pode-se falar com o mesmo orgulho e desinibição de todos os órgãos do corpo. As funções naturais, o crescimento, o envelhecimento, diferenças entre os gêneros, complementaridade, doenças, tudo pode e deve ser discutido abertamente e sem rubor com o parte da condição humana.

Muitas vezes, o aluno pensa que conhece corretamente seu corpo, as funções orgânicas, as causas e conseqüências de seus atos. Cabe ao professor sondar se isso realmente ocorre, para desfazer mitos, aclarar conceitos e conscientizar de que tudo pode acontecer, se não houver cuidado e informação correta. Neste particular, há muitos mitos e visões que devem ser desconstruídos, grande parte deles devido a um falso moralismo e ignorância religiosa, que leva o jovem a ter medo do sexo, considerá-lo feio e pecaminoso, ficar traumatizado por ações que realizou por descuido, ignorância ou pressão psicológica ou social

A pesquisa também aponta que os pais em casa oferecem algum tipo de orientação sexual. Talvez em famílias de nível socioeconômico e cultural mais elevado isso realmente ocorra. Os pais não se sentem inibidos de falar, os meios de comunicação abordam o tema exaustivamente e, assim, o comentário entre pais e filhos torna-se natural.

Já em famílias tradicionais persiste a inibição, a visão de que *sexo não é assunto para se falar*, o que aponta à escola a obrigação de cobrir essa lacuna. É preciso esclarecer os pais de que a curiosidade sexual existe, é insopitável, seus filhos, em casa, fora de casa, na escola, com boas ou más companhias, em revista e livros, vão buscar informações. Não é mais racional e pedagógico os pais adiantarem-se aos outros, abrir o diálogo em casa, indicar as melhores fontes de informação, antes que aprendam de modo distorcido na rua?

O importante é que em sala de aula o sexo não seja tabu, tema esporádica e raramente debatido. Uma escola que se proponha a oferecer educação integral deve estar consciente de que o sexo é aspecto vital do ser humano, não mera curiosidade. A visão meramente cognitivista é insuficiente e parcial. É preciso

formar para a vida e o sexo é parte integrante desta, com lugar garantido em qualquer grade curricular.

Quanto aos professores, entendem que família e escola são responsáveis pela educação sexual. Entretanto, na sala de aula, há pouca discussão sobre o assunto. Gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e uso de preservativos são os enfoques principais porque afetam direta e constantemente o adolescente. É preciso prevenir, porém, não se limitar ao medo e fuga, mas tornar o aluno consciente, conhecedor e capaz de tirar o máximo proveito da sexualidade, evitando comprometimentos insustentáveis precoces,

A maioria entende que se deve falar, só quando surge a ocasião, alguma pergunta, algum fato ou comentário. Isso é pouco, porque o sexo invade a casa, a sala de aula, a rua, todos os ambientes e não pode ser ignorado.

Em conversa informal com esta pesquisadora, um professor lembrou que, uma vez, um pai questionava a indicação para leitura do livro *Os capitães de Areia*, de Jorge Amado: pesado, pornográfico, impróprio para alunos de oitava série. A filha, entretanto, comentava com o professor: Meu pai é do tempo antigo. Pensa que eu não sei de nada. Não conversa com ninguém em casa sobre esse assunto. Deixa ele na ignorância. Quero ler esse livro e acho que vou curtir pacas, todo mundo fala que é legal.

Em outra conversa, uma mãe criticava o professor por tratar de sexo na quinta série: Minha filha é muito nova. Não quero que ela aprenda essas coisas antes da hora. Só que, dois meses depois, a pura menina estava grávida, teve que abandonar os estudos e desapareceu da escola e do bairro.

Outro caso engraçado, não fosse triste. Na sexta série, a professora repara que a menina está um tanto gordinha. Como tinha certa liberdade com ela, perguntou a causa. E ela, descontraidamente, respondeu: É, aconteceu. Mas como? Você não sabia? Sabia, sim. Só que na hora, o plástico do geladinho furou e estou aqui deste jeito.

O diretor da escola relata à pesquisadora que, uma vez, foi chamado à sala de aula por uma professora do primeiro ano, que lhe entregou uma revista só para homens, retirada debaixo da carteira de um garoto de seis anos. O professor não sabia se devolvia a revista, se entregava à mãe ou se ignorava o fato. O diretor chamou a mãe, que ficou horrorizada com aquilo: Nem seu pai jamais viu essas

coisas, meu filho, disse ela, triste e surpresa com a curiosidade precoce de seu rebento.

Em conversa com os professores, estes relatam que os alunos continuam afirmando: Comigo não acontece. Ocorre que acontece, sim. Basta julgar-se superior e descuidar-se que a doença, a gravidez e outros contratemplos complicam e, muitas vezes, destroem sonhos e vidas adolescentes.

Assim, a orientação sexual, considerada por todos importante, ainda não ocorre de modo adequado, sistemático e realista. O professor, muitas vezes, ele mesmo, tem certa timidez, faltam-lhe palavras e naturalidade para explicar. Entende que deve conhecer os termos médicos, técnicos para falar com autoridade sobre o assunto. Julga que isso cabe ao professor de Biologia ou Ciências da Saúde. E, assim, vai deixando o tempo passar, sem perceber que tal omissão pode ser extremamente danosa ao aluno.

O professor é fruto da formação que recebeu, ou não, na universidade ou no curso de Magistério. Não consta que o tema Educação Sexual seja parte de currículos universitários: conteúdos, metodologia, princípios, teoria e prática. Assim, o professor se sente despreparado para tratar do assunto, mesmo porque não é conteúdo importante, não será cobrado em concursos e, mais, não é de sua conta. A família, o médico, o enfermeiro e outros que abordem esse tema.

Visão míope essa. É preciso investir na educação continuada para cobrir as lacunas da graduação, reforçar e atualizar conhecimentos. Quem não recebeu esses subsídios deve, como profissional consciente, procurar obtê-los para não faltar ao compromisso de propiciar ao aluno uma educação integral.

Quanto ao enfermeiro, os professores consideram sua contribuição bastante positiva, eficaz e apropriada. Conhece o assunto, os termos adequados, *tem prática de mexer com o corpo, sente-se à vontade nesse campo e pode contribuir para orientar professores e alunos nesse aspecto.*

O que, porém, deve ser evitado é que as orientações sejam esporádicas, de vez em quando, a linguagem muito técnica e formal, acadêmica, como uma palestra ou evento, como se só ele conhecesse o assunto. O professor deve continuar a ser o mediador mais importante e natural nesse campo, por seu contato diário com o aluno. O tema deve estar no dia-a-dia do aluno, quando este pergunta, quer saber, quando ocorre algo e, também, sistematicamente, como conteúdo da grade curricular.

Quanto aos PCNs, todos ouviram falar, a maioria conhece por leitura, discussão no período de planejamento e em cursos de atualização. Acreditam que os PCNs são um documento importante, claro, útil, com uma visão bastante ampla, humanista, consistente e moderna da sexualidade, excelente subsídio para o trabalho pedagógico.

Entretanto, na prática, é difícil sua aplicação. Cada professor tornou-se especialista em sua área ou disciplina, não conhece bem as outras, não consegue fazer a ligação dos diferentes conteúdos em uma visão multi e interdisciplinar. O tema sexo, dizem alguns, cabe ser tratado pelos profissionais do assunto, os professores de Biologia e Ciências da Saúde. Como encaixar esse conteúdo em Matemática, Geografia e História?

Parece que os professores não percebem que, antes de especialistas, são educadores e educação envolve números, datas, fatos, regiões e costumes, mas, sobretudo, o ser humano em suas mais íntimas e vitais estruturas e manifestações. Antes de professor, é-se homem e, como homem, é preciso saber, independente da matéria que leciona, como informar o aluno a respeito de assuntos do sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aponta um quadro surpreendente e ao mesmo tempo preocupante da realidade dos adolescentes. Aspectos positivos, como a busca por mais conhecimentos sobre sexo e sexualidade, quebra de tabus das gerações passadas e das diferenças entre os gêneros.

Os jovens tendem a iniciar a vida sexual cedo, a não atribuir importância à virgindade, às formalidades civis e religiosas do casamento e a considerar o sexo um assunto não só de homens, mas também de mulheres. Apesar disso, muitos não se protegem contra as doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a aids, enfrentam a gravidez precoce, discriminam os homossexuais e são um tanto levianos quanto a seus compromissos amorosos.

Assim, parece necessário investir em educação, prevenção e acesso a um planejamento familiar para que o jovem cresça saudável e senhor de sua vida. Sabe-se que a gravidez precoce pode gerar graves problemas de saúde para a mãe, aborto, conflitos familiares, abandono da escola, contribuindo para a reprodução da pobreza e trazendo prejuízos para o desenvolvimento humano e social do País.

A orientação sexual, como proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, como tema transversal, ainda não foi devidamente assimilado pela escola pesquisada e pelos professores. Há muitas dúvidas e insegurança quanto a abordar o assunto, sobretudo quanto à pessoa mais indicada para fazê-lo.

A escola continua sendo um meio de controle e poder para prevenir as doenças e outros eventos indesejáveis no campo da sexualidade. Não são suficientes os enfoques biológicos, médicos ou técnicos das questões sexuais, como se não existisse a atração e o prazer. A satisfação pessoal, conforme o pensamento dominante em uma sociedade hedonista, se daria apenas pelo consumo e, por isso, suas conseqüências (filhos e doenças) seriam empecilhos ao pleno gozo dos sentidos.

O tempo valioso e o empenho dos educadores têm sido desperdiçado em reproduzir as normas de conduta frente ao mundo perigoso das doenças. O sexo é imediatamente vinculado às moléstias infecciosas e aos inúmeros riscos a que está exposto. Nessa linha de pensamento, a camisinha torna-se a salvação daqueles que se entregam aos prazeres do sexo. Usem camisinha, propala a mídia. Usem camisinha, repetem os educadores, como se o sexo fosse um território completamente livre, com apenas um pequeno problema, facilmente resolvido com o uso do preservativo. E, assim, se castra a sexualidade dos

adolescentes, aumenta-se sua ansiedade e o sexo fica reduzido a mera conquista, ato de domínio, machista, tornando-se alvo de irrisão aqueles que não aproveitam *aquela ocasião*.

É necessário criar nas escolas um ambiente democrático, de livre expressão, de transparência e responsabilidade, para que os problemas e temas sexuais venham à tona e sejam corretamente discutidos. É preciso abandonar certos preconceitos, como acham que a escola pode ensinar aos jovens como se comportar sexualmente de forma adequada na sociedade. O que é adequado, o que é certo, o que é errado? O igual é certo, o diferente é errado? É preciso seguir a onda ou ser diferente, ir contra a corrente, ter personalidade?

A orientação sexual deve abrir espaço ao debate, a fim de reverter o quadro de desrespeito ao corpo e à mente, aliar ensino de qualidade com afetividade e respeito aos diversos atores, promover a capacitação dos professores das diferentes áreas, de Matemática até Artes, para abordar com competência e propriedade o assunto.

É preciso constantemente criar e testar novas estratégias, avaliar e reavaliar seus resultados, pois, no campo do sexo e da sexualidade, a omissão, o erro, a distorção e a convivência podem ser fatais para a vida e aprendizagem do adolescente.

Por serem agentes de grande confiabilidade junto aos alunos, os professores podem informar sobre serviços de atendimento em casos de violência sexual, assédio e estupro, dos quais muitos jovens são vítimas. Os próprios jovens podem ser multiplicadores dessas informações para seu grupo, bairro e família.

O Programa de Disponibilização de Preservativos, do Governo Federal, em parceria com Estados, Municípios e Organizações não Governamentais, é importante medida de prevenção, uma vez que muitos jovens subestimam os riscos de contaminação pelo HIV/Aids, não usando camisinha.

A Unesco recomenda a inserção do tema Sexualidade na agenda do programa Abrindo Espaços, que prevê a abertura da escola nos fins de semana para atividades esportivas, artísticas e culturais.

Educar, para a sexualidade é, hoje, uma arte que poucos dominam. Cabe às duas agências, escola e família, responsáveis pela educação da criança, a união de esforços, o diálogo franco e constante sobre valores, princípios morais e sociais de convivência, a fim de preparar os jovens para uma vida sadia, solidária e

participativa na sociedade. Nesse trabalho, a contribuição do enfermeiro pode somar com a experiência e conhecimentos práticos e pedagógicos dos pais e professores.

A pesquisa aponta que nem sempre ou como se deveria os pais conversam com seus filhos sobre sexo e sexualidade, preferindo que a escola desempenhe essa tarefa. Os alunos são curiosos, querem saber sempre mais, o que, em termos pedagógicos, facilita a discussão e construção de conhecimentos sobre o sexo. Construção, dizemos, porque, na visão de Paulo Freire e outros, o conhecimento não se transmite, não se deposita na mente da criança. Deve ser construído, assimilado, incorporado pelo educando. Sobretudo, na questão sexual, o professor não pode impor sua visão ao aluno. A partir de princípios, universalmente aceitos, como o valor intrínseco do ser humano, o respeito e a solidariedade, o conhecimento real do corpo e de suas funções, a igualdade de direitos do homem e da mulher, a dignidade e beleza do amor, da maternidade, do afeto, o sexo como expressão de amor, as diferenças sexuais, complementares e funcionais, a vileza da exploração de um homem pelo outro, a mulher ou o homem vistos apenas por um aspecto, não em sua integralidade, o professor pode estabelecer um diálogo que leve o aluno a construir sua visão particular de mundo, de sociedade, de ser humano, que pode pensar, agir, viver e conviver, satisfazer-se sexualmente, sem desprezar esses princípios.

A educação é necessidade urgente, deve ser proporcionada pela escola e pela família, antes que aprendam na rua, deixando o jovem à vontade para perguntar, questionar, expressar seus desejos e conflitos, sem temer ser ridicularizado ou mal interpretado. O silêncio, a ocultação, as meias-explicações em nada contribuem para a vivência sadia da sexualidade. Assim, parece bastante coerente pleitear para que a Educação Sexual Orientação Sexual, não importa o nome que lhe dêem, seja formalmente incluída no currículo escolar.

Se queremos um país justo, desenvolvido social, cultural e economicamente, é preciso que todos: família, escola, governo e sociedade apóiem os jovens, investindo em sua educação, saúde e assistência, atendendo todos os aspectos de seu aprendizado, entre eles, a sexualidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola. Alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BETTS, J A. **Missão impossível? Sexo, Educação e ficção científica**. Calligaris, Contardo; et alli. Educa-se uma criança? Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

BRANDÃO DA SILVA, O. **Iniciação sexual educacional**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

BRUNO, G. **Pedagogias da sexualidade**. In: _____. (org.) **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. (v.1). Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. (v.2). Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Apresentação dos Temas Transversais e Ética. (v.8). Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. (v.10). Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.

CANDIDO, Antonio. A estrutura da escola. IN: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971

CARDOSO DE MELO, J.A. A Prática da Saúde e a Educação, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Medicina Preventiva e Social/ FCM/ UNICAMP – mimeo, 1976, Campinas, SP.

CHAUÍ, Marilena, **Repressão sexual: essa nossa(des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DIMENSTEIN, G. **Criança é mãe**. Jornal Folha de São Paulo - Caderno Cotidiano, p. C 6.em 12 maio 2002.

FAGUNDES, T C P. **Educação sexual, construindo uma nova realidade**. Salvador, Instituto de Biologia da UFBA, 1995

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual no Brasil: estado da arte de 1980-1993**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995.

FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade 1. A vontade de saber**. 12 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRADE, A. **Educação sexual na escola: guia para professores, formadores e educadores**. Lisboa: Texto, 1999

FRANKL, V. E., **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 2ª edição. São Leopoldo: Sinodal, Petrópolis, Vozes, 1991.

_____ **Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da Logoterapia e análise existencial**, 4ª edição, São Paulo: Quadrante, 2003.

GALLACHO, J. C. **A orientação sexual em um trabalho integrado educação e saúde: estudo analítico - descritivo e documental de um programa de intervenção**. Dissertação (Mestrado). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Edição. São Paulo: Campus, 1997.

GOIS, A. **Censo 2000: País tem mais mães adolescentes**. Jornal Folha de São Paulo, Caderno Especial, p. A 5, em 9 maio 2002.

_____. **Por uma abordagem sócio-antropológica dos comportamentos sexuais e reprodutivos da juventude no Brasil: a construção social da pesquisa** Jornal Folha de São Paulo, Cadernos de Saúde Pública, 2002.

GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL: **Diretrizes e metodologia**. 4ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

IBGE, Censo Demográfico 1940-2000. **Tabela 1 - Taxas de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 1940/2000**, 2002b. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02.09.06.

IBGE, Censo Demográfico 1940-2000. **Tabela 1 - Taxas de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 1940/2000**, 2002b. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02.09.06

IBGE, Censo Demográfico 1980-2000. **Tabela 2 - Taxas específicas de fecundidade, segundo as Grandes Regiões e grupos de idade das mulheres - 1980/2000**, 2002a. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02.08.07.

IRAJÁ, H. do. **Psicoses do amor: estudos sobre as alterações do instinto sexual**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1930a.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, nº 1, pp. 9-44, 2001.

LAPLANCHAHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LIMA, H. **O papel de cada um na orientação sexual e os diferentes modelos de trabalhos**. Disponível em: www.boasaude.com/lib/Shoudox.cfm?libDoId Acesso em: 30 março. 2001.

MACHADO E MACHADO

MARCONI, M. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª. Edição, São Paulo:Atlas, 2002

MENA, F. **Mães repetentes**. Jornal Folha de São Paulo, Caderno Folhateen, p. 6-8. em 22 abril 2002

MOREIRA, A. **Educação sexual: garantia de felicidade no lar**. Rio de Janeiro: Círculo Brasileiro de Educação Sexual, 1937.

NASCIMENTO, M. M. do. Ética. In: Vários Autores. **Primeira Filosofia**, São Paulo, Brasiliense, 1984.

NEGROMONTE, A. **A educação sexual**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

NUNES, C. & SILVA, E. **A educação sexual da criança**. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, J. C. **Evolução e características da população jovem no Brasil**. In: CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, v. 1, p. 7-19, 1997.

PERES, C. et al. **Fala educadora & fala educador**. Secretaria de Educação de São Paulo: São Paulo, 2000.

PINTO, H. D. S. **A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar**. In: AQUINO, J. G. (org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

RIBEIRO, M. **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

_____ **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

ROSEMBERG, F. **A educação sexual na escola**. Cadernos de Pesquisa. N. 53, p. 11-19, mai. 1985.

ROSISTOLATO, R. P. **Sexualidade e Escola: uma análise da implementação de políticas públicas de orientação sexual**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

ROUSSEAU: **Do Contrato Social, Os Pensadores**, Nova Cultural, São Paulo, 1987.

SANTOS, C e BRUNS, M. A. de T. **A educação sexual pede espaço**. São Paulo: Ômega Editora, 2000.

SAYÃO, Y. **Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SILVA, G. P. da. **Educação sexual da criança: psico-análise da vida infantil**. Rio de Janeiro: Marisa Editora, 1934.

VIDAL, D. **Sexualidade e docência feminina no ensino primário do Rio de Janeiro (1930-1940)**. In: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa B. (org.) **Horizontes Plurais - Novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 281-313.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. **Tiempos Escolares, Tiempos Sociales**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: Warde, M. J. (org). **Contemporaneidade e Educação**. Temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, 2000a.

_____. **Espacio y Tiempo, Educación e Historia**. México: Cuadernos del IMCED, 1996.

_____. **Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio**, 2000b, (texto divulgado pelo autor e ainda não publicado).

SOUZA, P. N. P. & SILVA, E. B. **Como entender e explicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

VITIELLO, N. **Sexualidade: quem educa o educador. Um manual para jovens, pais e educadores.** São Paulo: Iglu, 1995.

WEREBE, M. J. **A educação sexual na escola.** Lisboa: Moraes Editores, 1977.

_____. **Sexualidade, política e educação.** Campinas: Autores Associados, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1

CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Assis, 19 de junho de 2006

Professores da Escola

Solicito sua participação voluntária na pesquisa Educação em Saúde: Políticas de Saúde e Educação como Construção Social, base para minha dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. Asseguro que os dados são confidenciais, seus nomes não serão divulgados em nenhum momento, garantindo sua privacidade e anonimato, um procedimento necessário em pesquisa.

Grata,

Silvana Silva

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

1 A quem cabe a missão da orientação sexual?

2 Qual seu ponto de vista sobre a educação sexual nas escolas ?

3 Você tem algum conhecimento sobre este assunto?

4 O que você entende por DST?

5 Se algum amigo lhe diz que está com DST, o que você faz?

6 Dê sua opinião sobre a exploração sexual nos meios de comunicação?

7 Qual seu conhecimento sobre aids?

8 Você tem contato direto com alguém que tem aids?

9 Assinale as doenças sexualmente transmissíveis que você conhece.

10 Quais os melhores métodos para prevenir a DST?

11 Você conversa sobre sexo com seus professores?

12 Na escola há aulas de Orientação Sexual, ou outra forma de informar aos alunos sobre sexualidade?

ANEXOS 3

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

- 1 Há algum tipo de educação sexual em sua escola?
- 2 A quem cabe a missão da orientação sexual?
- 3 Qual seu ponto de vista sobre a educação sexual nas escolas ?
- 4 Você tem algum conhecimento sobre este assunto?
- 5 Se um aluno, filho ou amigo lhe dizer que está com DST, o que você faz?
- 6 Quais os temas fundamentais a serem abordados sobre orientação sexual?
- 7 O sexo é cada vez mais explorado pela mídia e pela sociedade. O que devemos fazer ?
- 8 O aluno chega falando que um de seus familiares tem aids. O que você faz ?
- 9 Quando incluir a orientação sexual ?
- 10 A orientação ajuda ou atrapalha ? Por quê?